

RELATÓRIO E CONTAS

2013

BES, Companhia de Seguros, S.A.

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75 – 11.º - 1070-061 Lisboa
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503718092

1. Relatório de Gestão

- 1.1 Estrutura e práticas de governo societário
- 1.2 Enquadramento macroeconómico
 - 1.2.1 Situação económica internacional
 - 1.2.2 Situação económica nacional
 - 1.2.3 O setor segurador
- 1.3 Principais indicadores e variáveis da atividade
- 1.4 A atividade da BES Seguros
- 1.5 Proposta de aplicação de resultados
- 1.6 Nota Final

2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

- 2.1 Conta de Ganhos e Perdas
- 2.2 Balanço
- 2.3 Demonstração de Variações do Capital Próprio
- 2.4 Demonstração do Rendimento Integral
- 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria \ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

- 3.1 Certificação Legal das Contas
- 3.2 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Índice

1.1. Estrutura e práticas de governo societário

1. Introdução

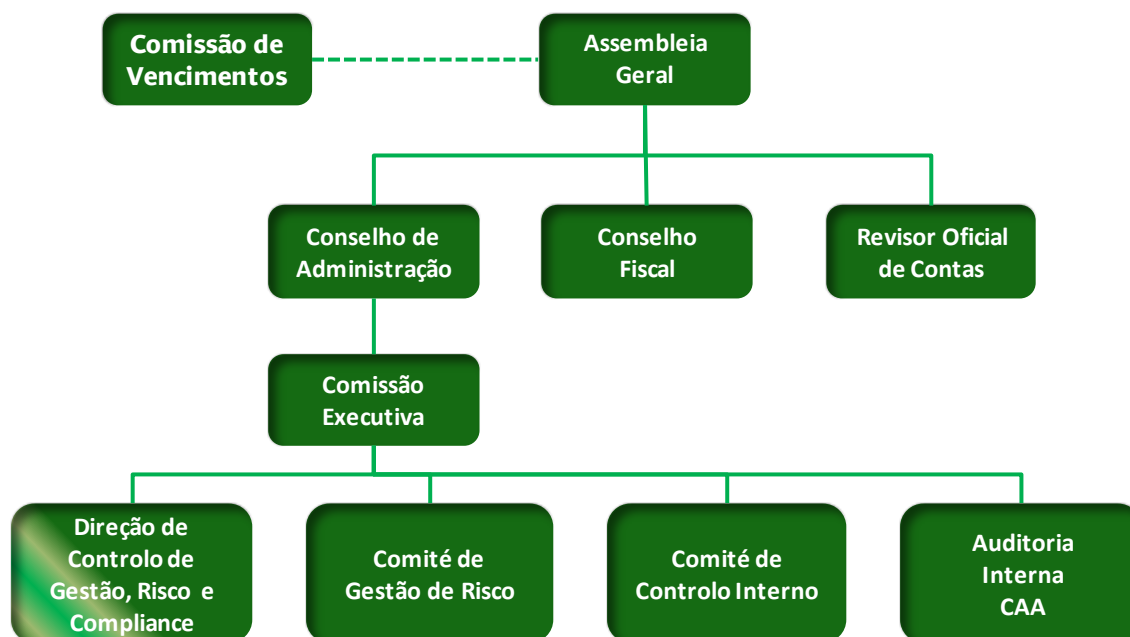
Durante este período não ocorreram alterações com impacto ao nível das regras e estrutura de governo da BES, Companhia de Seguros, S.A..

A sua ação consubstanciou-se na manutenção da garantia de uma governação responsável e norteada por objetivos concretos, tendo em vista a criação de valor para os seus acionistas, valorização dos colaboradores e disponibilização de produtos e serviços integradores de valor acrescentado para os clientes e por estes percecionado.

A transparência e lealdade nas relações com todos revestem-se de fulcral importância para a consolidação da sua carteira.

Verificou-se também uma solidificação das estruturas que tinham sido objeto de reorganização no ano transato, afirmando o seu know-how nas áreas em que atuam, contribuindo desse modo para o crescimento da companhia.

2. Estrutura do Governo da BES Seguros



A Assembleia Geral de Accionistas, que reúne pelo menos uma vez por ano, em sede de Assembleia Geral Anual de Accionistas, tem por principais competências proceder à eleição dos órgãos sociais, deliberar sobre o relatório de gestão, as contas do exercício e a distribuição de resultados.

A Gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por nove Administradores designados por quatro anos, sendo permitida a reeleição dos respectivos membros.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva constituída por três dos seus membros, um Presidente Executivo, um Administrador responsável pela área financeira e um Administrador responsável pela área operacional e organizativa, que reúne pelo menos uma vez por mês e sempre que convocada por qualquer dos seus membros.

A função de fiscalização interna da BES Seguros é atribuída ao Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente.

A fiscalização externa da companhia é assegurada pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da BES Seguros, a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., bem como pela autoridade de supervisão a que a BES Seguros está sujeita, o Instituto de Seguros de Portugal.

3. Composição dos Órgãos Sociais

Em Assembleia Geral Anual da BES Seguros, realizada no dia 27 de junho de 2012, foram eleitos os órgãos sociais para o quadriénio de 2012 a 2015. Nestes termos, a composição dos órgãos sociais da BES Seguros em 31 de Dezembro de 2013 é a seguinte:

3.1 Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, Vice-presidente e um Secretário. Os membros da Mesa são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

3.2 Identificação dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

- Presidente: Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
- Vice-Presidente: Michel Victor François Villatte
- Secretário: Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

3.2.2 Regras Estatutárias sobre o exercício do direito de Voto

Relativamente à participação e exercício do direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral:

“Artigo 13º”

“UM – A Assembleia Geral dos Accionistas é composta por todos os accionistas com direito pelo menos a um voto, que satisfaçam as condições referidas no número seguinte.

DOIS – Só poderão participar na Assembleia Geral dos Accionistas os titulares de acções averbadas em seu nome até oito dias úteis antes do dia da reunião.

TRÊS – A cada acção corresponderá um voto.

QUATRO – A Assembleia poderá ser realizada com utilização de meios telemáticos se a sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respectivos intervenientes.

CINCO – Dentro do prazo referido no número dois devem os accionistas que pretendam fazer-se representar por outro accionista apresentar na Sociedade os instrumentos de representação e, bem assim, as pessoas colectivas indicar quem as representará; o presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia.

SEIS – Não é permitido o voto por correspondência.”

3.2.3 Representação

Os Senhores Accionistas podem fazer-se representar na Assembleia por mandatário constituído por simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia, acompanhada de cópia legível de documento original válido, com fotografia, do qual conste o nome completo, a data de nascimento e nacionalidade, que deverá estar em vigor. Os Senhores Accionistas que sejam pessoas colectivas deverão indicar o nome de quem os representará.

Os instrumentos de representação, bem como os documentos comprovativos da qualidade de accionistas e de que as respectivas acções ficam bloqueadas até ao final da Assembleia, deverão ser entregues, na sede social, até às 16.30 horas do terceiro dia útil anterior ao designado para a Assembleia.

3.2.4 Quórum

Em primeira data de convocação, a Assembleia Geral de Accionistas não pode reunir-se sem estarem presentes ou representados accionistas titulares de acções representativas de setenta e cinco por cento do capital social.

3.2.5 Intervenção da Assembleia Geral sobre a política de remuneração da sociedade:

A Assembleia Geral aprova anualmente a política de remuneração do Conselho de Administração e do órgão de Fiscalização.

3.3 Conselho de Administração

Dr. Joaquim Aníbal de Brito Freixial de Goes - presidente

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Espírito Santo Ventures, SCR, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Glintt, Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da BES Vida – Companhia de Seguros, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da AVISTAR, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Espírito Santo Informática, ACE.
- Presidente do Conselho de Administração da E.S. - Recuperação de Crédito, ACE.
- Presidente do Conselho de Administração da OBLOG - Consulting, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Edenred Portugal, S.A.
- Presidente do Conselho Fiscal do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Ajuda.
- Vogal do Conselho Fiscal da Fundação Brazelton/Gomes-Pedro para as Ciências do bebé e da família.
- Presidente do Conselho Fiscal da Fundação da Universidade Católica Portuguesa.

Jean-Luc Claude Michel François – vice-presidente

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Calie.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Assicurazioni.
- Vogal do Conselho de Administração da Bancassurance Sal.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Vita.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Life Greece, S.A. Grèce.
- Presidente do Conselho de Administração da CA Insurance Greece.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Life Japan.
- Vogal do Conselho de Administração da CARI, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da CARE, S.A.

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha - vogal

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração da Espírito Santo Financial Group
- Vogal do Conselho de Administração da Espírito Santo Espírito Santo Investment Holding

- Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Europassistance Portugal, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Europassistance Brasil, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Esumédica, Prestação de Cuidados Médicos, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Advancecare, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Logo
- Presidente do Conselho de Administração da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Espírito Santo Contact Center, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Espírito Santo Saúde

Vincent Claude Paul Pacaud - vogal

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Esaf, Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da BESPARG, SGPS, S.A.

Nuno Manuel da Silva Ribeiro David - vogal e COO

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Operational Officer da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso - vogal

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Companhia de Seguros LOGO
- Vogal do Conselho de Administração da T Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da AdvanceCare, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Esumédica, Prestação de Cuidados Médicos, S.A.

Hervé Marcel Andre Hassan - vogal e CFO

Outros Cargos:

- Vogal do Conselho de Administração e Chief Financial Officer da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração do Bancassurance SAL.
- Vogal do Conselho de Administração da CA Life Japan

Thierry Phillippe Adolphe Langrenay - vogal

Outros Cargos:

- Director Geral da Pacifica, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Predica, S.A.
- Chief Executive Officer do Crédit Agricole Assurances Italia Holding
- Vogal Conselho de Administração do CA Ass, S.A.
- Vogal do Conselho de Administração da Emporiki Life (Grécia)
- Vogal do Conselho de Administração do IFCAM.
- Vogal do Conselho de Administração da Médicale de France.
- Vogal do Conselho de Administração da Uni-Éditions.

Guillaume Michel Oreckin - vogal

Outros Cargos:

- Diretor-geral adjunto da PACIFICA S.A.
- Vice-presidente da SOPRESA S.A., membro do Conseil de Surveillance
- Representante permanente da PACIFICA no Conseil de Surveillance da DOMUS VIE QUOTIDIENNE SAS
- Representante permanente da PACIFICA no Conselho de Administração da FIDES SOLUTIONS GIE
- Representante permanente da PACIFICA no Conselho de Administração da BCA EXPERTISE SAS
- Administrador, representante da PACIFICA, Presidente da ASSERCAR SAS
- Representante permanente da PACIFICA no Conselho de Administração da CTCAM SA
- Administrador da CACI LIFE

O **Conselho de Administração** delega a gestão corrente da Sociedade numa **Comissão Executiva** composta pelos seguintes Administradores:

- | | |
|------------------------------|------------------------------------|
| • Chief Executive Officer: | Vincent Claude Paul Pacaud |
| • Chief Operacional Officer: | Nuno Manuel da Silva Ribeiro David |
| • Chief Financial Officer: | Hervé Marcel Andre Hassan |

3.3.1 Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade

O Conselho de Administração é composto por sete, ou nove administradores.

A Assembleia Geral fixará o número de administradores; na falta de deliberação expressa, considera-se fixado o número de administradores eleitos.

Os administradores podem ser accionistas ou pessoas estranhas e são eleitos pela Assembleia Geral dos Accionistas por períodos de quatro anos, sendo permitida a reeleição.

A Assembleia Geral poderá eleger administradores suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efectivos, na data da eleição respectiva.

A alteração do Contrato de Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Accionistas.

3.3.2 Poderes do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne, pelo menos uma vez, em cada três meses e não pode deliberar sem que estejam presentes ou representados cinco ou seis dos seus membros, consoante o Conselho de Administração seja composto por sete ou nove membros.

As seguintes matérias deverão necessariamente ser discutidas e aprovadas por deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, tomada por uma maioria de cinco ou seis membros do Conselho de Administração, consoante o número total de membros seja de sete ou nove:

1. Aprovação ou modificação do Regulamento Interno do Conselho de Administração;
2. Aprovação de contratos com terceiros cujos valores/ responsabilidades excedam em 10% as despesas totais anuais da Sociedade (excluindo despesas com comissões e partilha de lucros);
3. Concessão de financiamentos, depósitos, ou prestação de garantias acima do valor de um milhão de euros.
4. Aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis por valor superior a 5 milhões de euros, desde que os bens imóveis sejam utilizados na gestão corrente da sociedade.
5. Solicitação de financiamentos ou criação de passivo acima dos dez milhões de euros (por transacção).
6. Início, desenvolvimento ou cessação de relações com entidades que não se integrem no Grupo Banco Espírito Santo, composto pelo Banco Espírito Santo, por qualquer entidade por si directa ou indirectamente dominada.
7. Licenciamento ou concessão de direitos sobre a propriedade intelectual ou industrial da Sociedade.
8. Alargamento ou redução da actividade social ou modificação do objecto da sociedade;
9. Aprovação do Balanço e contas da Sociedade e todos os documentos legais de prestação de contas da Sociedade;
10. Aprovação de proposta de aplicação de resultados;
11. Emissão de obrigações.

A decisão de aumento de capital da Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Accionistas.

3.4 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da BES Seguros é composto por um Presidente, dois membros efectivos e um membro suplente.

Os membros do conselho Fiscal são eleitos por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

3.4.1 Identificação dos membros do Conselho Fiscal

- | | |
|-------------------|-----------------------------|
| • Presidente: | José Maria Ribeiro da Cunha |
| • Vogal Efetivo: | Jacques dos Santos |
| • Vogal Efetivo: | Olivier Sperat-Czar |
| • Vogal Suplente: | Paulo Ribeiro da Silva |

3.5 Revisor Oficial de Contas

Sob proposta do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral designou um Revisor Oficial de Contas para proceder ao exame das contas da Sociedade. O Revisor Oficial de Contas é eleito por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

Identificação do Revisor Oficial de Contas

- Revisor Oficial de Contas Efetivo: Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., representada por Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto
- Revisor Oficial de Contas Suplente: João Carlos Miguel Alves

3.6 Secretário da Sociedade

O Secretário e o seu Suplente são designados pelo Conselho de Administração e a duração das suas funções coincide com o mandato do Conselho de Administração que o designar.

Identificação do Secretário da Sociedade

- Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho

3.7 Composição da Comissão de Vencimentos

- Rui Manuel Leão Martinho
- Valérie André-Germain

4 Estrutura de Capital

O Capital Social da BES Seguros é de 15.000.000 euros, representado por 3.000.000 acções com valor nominal de 5,00 euros cada.

5 Estrutura Accionista

Estrutura Accionista Actual - 31 de Dezembro de 2013		
Accionista	Nrº Acções	% Capital Social
Crédit Agricole, S.A.	1.500.000,00	50,00000%
Banco Espírito Santo, S.A.	749.800,00	24,99334%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	750.000,00	25,00000%
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.	100,00	0,00333%
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS,S.A.	100,00	0,00333%
Total	3.000.000,00	100,00000%

5.3 Transmissibilidade das Acções

Os accionistas não transmitentes têm direito de preferência na transmissão a terceiros da totalidade ou de parte das acções que o accionista transmitente pretenda efectuar.

5.4 Alteração dos Estatutos da BES Seguros

Qualquer alteração do Contrato de Sociedade da BES Seguros, incluindo deliberações sobre alterações de capital, tem que ser submetida à aprovação da Assembleia Geral. As deliberações sobre a alteração do Contrato de Sociedade devem ser aprovadas por maioria de dois terços dos votos emitidos, devendo para o efeito estar presentes pelo menos 75% dos votos.

6 Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento

A Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento assenta nas principais linhas gerais:

- 1) *Colaboradores sujeitos ao dever de comunicação*: Todos os colaboradores têm obrigação de comunicar ao seu superior hierárquico;
- 2) *Entidade que recolhe a comunicação*: Direcção de Gestão de Risco, *Compliance* e Controlo; A Direcção de *Compliance* perante a comunicação referida, deve apreciar a situação descrita e determinar as acções que, perante cada caso concreto, entenda por convenientes. Para este fim, esta Direcção poderá solicitar a colaboração da Direcção de Auditoria Interna.

Se da apreciação da situação de irregularidade ficar provado que se tratou de uma violação de leis, regulamentos ou dos princípios e deveres internos, serão adoptadas as medidas disciplinares necessárias com o objectivo de salvaguardar os interesses da Companhia, de acordo com a disposição da legislação em vigor.

- 3) *Comunicações Anónimas*: Não são admitidas nem serão tidas em conta comunicações anónimas. Toda e qualquer situação de detecção e correção de situações de incumprimento reportada será tratada confidencialmente, nomeadamente quanto à sua origem, e com a devida discrição;
- 4) *Não retaliação*: É expressamente proibida qualquer retaliação contra os Colaboradores que efectuem a referida comunicação;
- 5) *Arquivo das Comunicações*: Se derem origem a processos internos de investigação, são arquivadas confidencialmente até à conclusão dos respectivos processos. Findas as investigações, os dados serão eliminados nos termos e condições legalmente definidas.

7 Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Companhia relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

A Direcção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance* e é a Direcção responsável por assegurar o cumprimento rigoroso da divulgação de informação financeira, nos termos da Lei. Esta Direcção, no cumprimento das suas atribuições, efetua um acompanhamento e enquadramento da legislação com impacto na atividade seguradora e procede a uma revisão anual das obrigações de divulgação, promovendo a disseminação da informação pelos departamentos responsáveis pelas informações financeiras e monitoriza o seu cumprimento dentro dos prazos exigidos.

8 Política de Remuneração

A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, fixa a remuneração dos membros dos órgãos sociais da BES Seguros.

Anualmente, a Comissão de Vencimentos submete à apreciação da Assembleia Geral uma Declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais da BES Seguros.

A política de remunerações para 2013 foi aprovada na Assembleia Geral Anual do dia 28 de Março de 2013 e teve o seguinte conteúdo:

1. *Considerando que a política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da BES Seguros deve ter por base a articulação com os mecanismos que assegurem o*

alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os objectivos estratégicos da empresa;

2. Considerando que a remuneração dos membros dos órgãos sociais deve ser estruturada de modo a remunerar, de forma justa e eficiente, a competência e dedicação de cada um dos seus membros, tendo em conta o respectivo desempenho individual e global;
3. Considerando que na BES Seguros a aprovação da remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é, nos termos estatutários, da competência da Comissão de Vencimentos;
4. Considerando que, para os membros executivos do Conselho de Administração, deve existir uma remuneração variável, a par da remuneração fixa, e que a referida remuneração variável deve depender do grau de cumprimento dos objectivos da empresa, tal como fixados pela totalidade do seu Conselho de Administração;

Propõe-se a aprovação da seguinte declaração sobre Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização da BES SEGUROS:

1. Membros do Conselho de Administração

a) Presidente do Conselho de Administração (não executivo)

O Presidente do Conselho de Administração pode auferir uma remuneração fixa, paga 14 vezes ao ano.

b) Outros Membros não executivos do Conselho de Administração

Os membros não executivos do Conselho de Administração não têm remuneração fixa ou variável.

c) Membros executivos do Conselho de Administração

Composição da Remuneração

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração pode ser composta por duas componentes:

- i. Fixa, com referência ao exercício em curso;
A remuneração fixa é estabelecida pela Comissão de Vencimentos tendo em conta:
 1. As remunerações pagas por empresas de dimensão semelhante a operar no sector segurador em Portugal;
 2. As remunerações pagas em outras empresas do Grupo Económico dos accionistas para cargos de responsabilidade semelhante;
 3. O desempenho individual anual de cada Administrador.
- ii. Variável, com referência ao ano anterior, estabelecida no primeiro trimestre do exercício em curso, segundo critérios abaixo definidos.

Limites e Equilíbrio na Remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos em sede de Assembleia Geral, não podendo nunca ser inferior a 40% da remuneração total anual.

A parte variável, a existir, representará em média 30% a 40% da remuneração total anual.

Critérios de Definição da Componente Variável, Mecanismos de Limitação e Momento do seu Pagamento

A remuneração variável é referente ao desempenho de curto prazo.

A remuneração variável depende de decisão a tomar, caso a caso, pela Comissão de Vencimentos, e pode ou não ser atribuída anualmente considerando o desempenho individual e global dos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração, bem como o grau de cumprimento dos objectivos globais da empresa no exercício económico anterior.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para os membros da Comissão Executiva, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao

risco definidos, não se considera necessário proceder ao diferimento de uma parte da remuneração variável, sendo a mesma, se existir, paga de uma só vez.

Os membros do Conselho de Administração que desempenham funções em órgãos de administração de Sociedades em relação de Grupo com a BES Seguros, podem ser remunerados pelas referidas Sociedades e/ou pela BES Seguros, de acordo com o relevo das funções desempenhadas

2. Membros do Órgão de Fiscalização

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal inclui apenas uma componente fixa, mensal, paga 14 vezes ao ano, determinada anualmente pela Comissão de Vencimentos.

3. Membros da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral é determinada pela Assembleia Geral e corresponde a uma quantia fixa por presença em cada Assembleia.”

Em 2013, as remunerações suportadas pela BES Seguros referentes aos membros dos seus Órgãos Sociais foi a seguinte:

Exercício de 2013

Nome	Órgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Órgãos Sociais
Joaquim Anibal Brito Freixial de Goes	Conselho de Administração	49.000 €	0 €	49.000 €
Vincent Claude Paul Pacaud	Conselho de Administração	285.600 €	22.200 €	307.800 €
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	130.900 €	0 €	130.900 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	10.710 €	0 €	10.710 €
Jacques dos Santos	Conselho Fiscal	8.540 €	0 €	8.540 €
Total		484.750 €	22.200 €	506.950 €

Exercício de 2012

Nome	Órgão Social	Remunerações fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Órgãos Sociais
Joaquim Anibal Brito Freixial de Goes	Conselho de Administração	31.500 €	0 €	31.500 €
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha	Conselho de Administração	19.630 €	0 €	19.630 €
Vincent Claude Paul Pacaud	Conselho de Administração	204.680 €	14.129 €	218.809 €
Nuno Manuel da Silva Ribeiro David	Conselho de Administração	84.483 €	19.826 €	104.309 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	13.005 €	0 €	13.005 €
Jacques dos Santos	Conselho Fiscal	5.490 €	0 €	5.490 €
José Manuel Ruivo da Pena	Conselho Fiscal	7.650 €	0 €	7.650 €
Total		366.438 €	33.955 €	400.392 €

os valores apresentados referem-se apenas à parte suportada pela BES Seguros

1.2. Enquadramento macroeconómico

1.2.1. Situação económica internacional

O ano de 2013 ficou marcado por uma recuperação da actividade económica global, particularmente visível nas principais economias desenvolvidas.

A economia dos Estados Unidos observou um crescimento de 1.9% em 2013, em desaceleração face ao ano anterior (2.8%), mas com um comportamento mais dinâmico no 2º semestre (variação trimestral anualizada de 3.2% no 4º trimestre). Os progressos nos balanços das famílias e empresas, a recuperação no mercado de trabalho, a subida dos preços das habitações e o bom desempenho do mercado accionista contribuíram para a recuperação da actividade na segunda metade do ano, com um maior dinamismo do consumo privado e do investimento. A recuperação da actividade traduziu-se numa melhoria do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a recuar para de 8.1% para 6.7% da população activa. O défice público americano recuou de 9.3% para 6.5% do PIB, reflectindo a contenção nos gastos públicos e a recuperação da actividade.

O bom desempenho das economias desenvolvidas foi também suportado por uma recuperação da actividade na Europa. O ano de 2013 foi marcado por uma estabilização das condições financeiras e económicas da Zona Euro, apesar da ocorrência de alguns factores adversos, de que se destacaram a instabilidade política em Itália e a crise financeira de Chipre. A maior estabilidade das condições dos mercados financeiros resultou do forte recuo dos riscos sistémicos associados à crise da dívida soberana, bem como de uma melhoria progressiva das perspectivas de crescimento da actividade. Também os novos passos no sentido da consolidação da união bancária contribuíram para a melhoria da confiança.

No conjunto do ano, o PIB da Zona Euro registou ainda uma contracção de 0.4%, explicada pelo recuo significativo da actividade no 1º trimestre. No entanto, o 2º trimestre foi já marcado por um crescimento positivo e por uma recuperação da actividade, que foi ganhando vigor até ao final do ano, devendo sublinhar-se a expansão do PIB de 0.5% no 4º trimestre. A taxa de desemprego manteve-se em níveis elevados, tendo subido, em termos médios, de 11.4% para 12.1% da população activa. Neste contexto, a inflação anual diminuiu de 2.5% em 2012 para 1.4% em 2013. Em Maio, o BCE reduziu a principal taxa de juro de referência em 25 pontos base, de 0.75% para 0.5%, e em Novembro, face a uma expressiva desaceleração dos preços (com a taxa de inflação homóloga a descer para 0.7%), levou a cabo uma nova redução de 25 pontos base naquela taxa, para um mínimo de 0.25%. Para além destas decisões, o BCE prolongou até meados de 2015 a provisão ilimitada de liquidez nas operações de refinanciamento.

A recuperação da actividade na Zona Euro foi extensível às economias da periferia, que regressaram igualmente a crescimentos positivos na segunda metade do ano. A actividade económica em Espanha revelou sinais progressivos de estabilização, com um bom desempenho da procura externa líquida e com sinais de recuperação da procura interna. Ainda na Europa, a economia do Reino Unido prosseguiu a trajectória de recuperação iniciada no ano anterior, com um crescimento do PIB de 1.9% em 2013.

Nos EUA e na Europa, a recuperação do crescimento e da confiança no contexto de políticas monetárias expansionistas beneficiou particularmente o mercado accionista. Nos EUA, os índices S&P500 e Nasdaq registaram ganhos de 29.6% e 38.3%, respectivamente. Na Europa, o DAX, o CAC e o IBEX avançaram 25.5%, 18% e 21.4%, respectivamente. Com a recuperação da actividade, as *yields* dos *Treasuries* e dos *Bunds* a 10 anos subiram, em 2013, de 1.758% para 3.029% e de 1.316% para 1.929%, respectivamente.

A perspectiva de uma subida dos juros de mercado na economia americana, bem como de uma apreciação do dólar e de uma liquidez menos acessível, gerou um aumento da volatilidade nos mercados financeiros a partir de Maio e penalizou, em particular, os mercados emergentes.

No Brasil, o real depreciou-se cerca de 13% face ao USD e perto de 17% face ao EUR. A economia brasileira cresceu 2.3% em 2013, mas com uma deterioração sucessiva das expectativas de crescimento para 2014 (para um valor próximo de 2%). O desempenho económico no Brasil foi marcado por uma divergência entre os ritmos de crescimento da oferta e procura agregadas, que manteve a variação dos preços num patamar superior às metas estipuladas. Por outro lado, o consumidor brasileiro recorreu mais aos fornecedores externos, o que gerou uma deterioração do défice da balança corrente em 2013.

A conjuntura nos mercados emergentes foi ainda penalizada por receios relativos à desaceleração da actividade económica na China, sobretudo na primeira metade do ano. No entanto, no conjunto de 2013, a economia chinesa expandiu-se 7.7%, repetindo o registo do ano anterior.

1.2.2. Situação económica nacional

Em Portugal, o desempenho favorável das exportações e uma tendência de estabilização na procura interna traduziram-se numa recuperação da actividade a partir do 2º trimestre de 2013. O PIB registou uma queda anual de 1.4% em 2013, mas com variações trimestrais positivas a partir do 2º trimestre (1.1%, 0.3% e 0.5%) e com o regresso a crescimentos homólogos no 4º trimestre (1.6%, após 11 trimestres de contracção). Esta evolução intra-anual da actividade económica coincidiu com uma melhoria gradual dos indicadores de confiança das famílias e empresas, com o Indicador de Sentimento Económico da Comissão Europeia a aproximar-se da respectiva média de longo prazo.

O crescimento da economia portuguesa manteve-se, no entanto, condicionado pelo processo de *deleveraging* em curso nos diferentes sectores. No conjunto do ano, o consumo privado e a formação bruta de capital fixo registaram quedas em termos reais (-1.7% e -6.6%, respectivamente), ainda que significativamente menos intensas do que em 2012 e em recuperação na parte final do ano. À evolução anual do consumo privado correspondeu um aumento da capacidade líquida de financiamento das famílias, para um valor próximo de 7.5% do PIB, suportado por uma subida da respectiva taxa de poupança, para um valor próximo de 13.5% do rendimento disponível. Por sua vez, as empresas voltaram a reduzir as respectivas necessidades líquidas de financiamento, para um valor inferior a 2% do PIB, para o que terá contribuído uma nova redução do investimento.

Neste contexto, a economia registou uma perda de cerca de 120 mil empregos no conjunto do ano, sustentando a manutenção de uma taxa de desemprego elevada (16.3% da população activa, em termos médios anuais, após 15.7% em 2012). A evolução do mercado de trabalho acompanhou, no entanto, o perfil intra-anual da actividade económica. A taxa de desemprego recuou de 17.7% para 15.3% da população activa entre o 1º e o 4º trimestres de 2013, com esta descida suportada pela criação de perto de 130 mil empregos nos últimos três trimestres do ano, bem como por uma redução da população activa (associada, em parte, a um elevado fluxo de emigração).

As exportações terão registado um crescimento real de 5.6% em 2013, com contributos positivos das mercadorias e dos serviços, destacando-se o aumento da capacidade produtiva e exportadora de combustíveis e a forte procura externa dirigida ao sector do turismo. Em conjunto com o aumento da poupança interna, este resultado contribuiu para a obtenção de um excedente de 2.6% do PIB no saldo conjunto das balanças corrente e de capital. A recuperação da actividade e as medidas de consolidação orçamental contribuíram para uma redução do défice das Administrações Públicas (ajustado pelos critérios da Troika) para um valor em torno de 4.5%, abaixo da meta de 5.5% do PIB. Portugal regressou aos mercados de capitais com uma operação de troca de dívida em Dezembro (de EUR 6.6 mil milhões), a que se seguiram, no início de 2014, emissões sindicadas a 5 e 10 anos, num montante global de EUR 6.25 mil milhões. Após um máximo de 7.5% em Julho, a *yield* das OTs a 10 anos fechou o ano em 6.13%, prolongando a tendência de descida no início de 2014, para valores inferiores a 5%. O PSI-20 valorizou-se cerca de 16% em 2013.

1.2.3. O setor segurador

A produção de seguro direto em Portugal em 2013 foi de, aproximadamente, 12,3 mil milhões de euros¹, apresentado um crescimento de 20,7% face a 2012. Esta evolução na produção de seguro direto ficou a dever-se, essencialmente, à evolução positiva verificada no ramo Vida, cujo acréscimo foi de 33,4%, já que os ramos Não Vida verificaram um decréscimo de 4,4%. Face a estes valores, o ramo Vida aumentou o seu peso na estrutura da carteira, de 66,2% em dezembro do ano transato, para 73,2%.

De facto, após dois anos de decréscimos, a produção de seguro direto do ramo Vida voltou a apresentar uma evolução positiva em 2013, assistindo-se a um aumento de mais de 2,2 mil milhões de euros, para atingir um valor próximo de 9 mil milhões de euros. Este crescimento resultou, principalmente, do incremento da produção da modalidade Vida Não Ligados a Fundos de Investimento, seja ela contabilizada como contratos de seguro (acréscimo de 54,6%) ou como contratos de investimento (acréscimo de 49,5%). Por seu lado, as Operações de Capitalização quase anularam a sua representatividade no ramo em análise.

Já a produção de Não Vida seguiu a tendência verificada no ano anterior, apresentando uma quebra de 4,4% face ao final de 2012 (-3,8% no ano anterior). Esta evolução reflete variações negativas em quase todos os ramos / modalidades. A exceção foi o ramo Doença, cujos prémios brutos emitidos cresceram 3,2%. Desta forma, embora na generalidade a estrutura de prémios se mantenha inalterável, o ramo Doença viu aumentar o seu peso em 1,2 pontos percentuais (os Acidentes e Doença representam 32,9%) por contrapartida do ramo Automóvel cuja representatividade baixou em 1,3 pontos percentuais (representa 38,3%).

Ao nível dos custos com sinistros de seguro direto em Portugal, verifica-se uma redução quando comparado com 2012 (-7,8%). Esta evolução, embora menor do que a verificada no ano anterior, é explicada pela redução observada no ramo Vida (-8,8%), tendo os ramos Não Vida registado igualmente uma quebra de 3,8% em relação a 2012. A evolução verificada no ramo Vida é explicada pelo comportamento dos resgates, que apresentaram pelo segundo ano consecutivo uma redução significativa (34,6% em dezembro de 2013 e 42,3% no mesmo mês de 2012). Já nos ramos Não Vida, a uma redução nos custos com sinistros de seguro direto, que apresentaram uma quebra superior a 91 milhões de euros, deveu-se essencialmente ao comportamento do ramo Automóvel (-11,3%) e da modalidade de Acidentes de Trabalho (-14%), dois segmentos de negócio com um peso significativo na estrutura de sinistros dos ramos Não Vida.

Durante 2013 verificou-se também um acréscimo de 1,7% do valor das carteiras de investimento das empresas de seguros face aos montantes sob gestão no final de 2012. A estrutura das carteiras de investimentos afetas à cobertura das provisões técnicas do ramo Vida e dos ramos Não Vida manteve-se semelhante ao longo de 2013. No entanto, deve-se salientar um aumento do peso relativo das aplicações em dívida pública e uma diminuição do peso das obrigações privadas. No final do ano os montantes investidos em instrumentos de dívida representavam 75% em Vida e 59% em Não Vida.

Em 2013, estima-se que os resultados líquidos das empresas de seguro sob supervisão do ISP atinjam cerca de 670 milhões de euros.

O desempenho apresentado em 2013 pelo setor segurador reflete-se positivamente também ao nível da sua solvabilidade, prevendo-se que a taxa de cobertura para a margem de solvência das empresas supervisionadas pelo ISP no final do ano em análise seja de 215%.

¹ Fonte: APS

1.3. Principais indicadores e variáveis da atividade

	2013	2012	2011	Var.2013/ 2012	Var.2012/ 2011
(Unidade: Milhares de euros)					
Variáveis de Balanço					
Activo	116.330	120.243	114.790	-3,3%	4,7%
Liquidez, investimentos e outros tangíveis	100.261	102.468	92.379	-2,2%	10,9%
Provisões técnicas de seguro directo	68.558	74.976	76.915	-8,6%	-2,5%
Capital Próprio	30.214	30.177	20.901	0,1%	44,4%
Variáveis de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos de seguro directo	71.059	71.371	71.607	-0,4%	-0,3%
Prémios emitidos líquidos de resseguro	63.872	63.432	62.789	0,7%	1,0%
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	64.300	63.224	62.884	1,7%	0,5%
Custos com sinistros (bruto) *	49.092	47.001	45.540	4,4%	3,2%
Custos com sinistros líquidos de resseguro *	46.892	43.627	44.766	7,5%	-2,5%
Custos e gastos de exploração líquidos	10.242	10.278	12.212	-0,4%	-15,8%
Actividade Financeira Líquida	2.212	2.231	2.768	-0,9%	-19,4%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	2.573	2.982	3.226	-13,7%	-7,5%
Ganhos líquidos de activos e passivos	-361	-751	-458	51,9%	-64,1%
Perdas de Imparidade	0	0	0	-	-
Resultado Líquido do exercício	6.993	6.831	4.621	2,4%	47,8%
Outras variáveis e rácios					
Nº de apólices - Carteira em Vigor	450.805	453.740	458.020	-0,6%	-0,9%
Nº de colaboradores	59	57	57	2	0
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	9,8%	9,6%	6,5%		
Resultado líquido / prémios adquiridos líquidos de resseguro	10,9%	10,8%	7,3%		
Resultado líquido / capital próprio	23,1%	22,6%	22,1%		
Nº de apólices em vigor / nº colaboradores	7.641	7.960	8.035		
Prémios brutos emitidos / nº colaboradores	1.204	1.252	1.256		
Resultado líquido / nº colaboradores	119	120	81		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos	65,4%	62,9%	61,3%		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	72,9%	69,0%	71,2%		
Custos e gastos de Exploração/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	15,9%	16,3%	19,4%		
Rácio combinado, líquido de resseguro	88,9%	85,3%	90,6%		

* Inclui custos de gestão de sinistros

1.4. A atividade da BES Seguros

1.4.1 Produção

A produção total obtida em 2013, através das redes do Banco Espírito Santo, do Banco Espírito Santo dos Açores e do Banco BEST, foi de 74 966 contratos, o que representa um decréscimo em relação a 2012 (- 11,2%). Desenvolvendo a sua atividade num contexto de bancaseguros e considerando o enquadramento económico e financeiro vivido em 2013, a tal evolução não é estranha a focalização da rede de distribuição bancária em outros produtos ligados a financiamento da atividade bancária, retirando assim importância ao tempo dedicado à comercialização dos produtos de seguros não vida.

Numa conjuntura macroeconómica adversa, todos os produtos apresentam uma menor produção quando comparados com o período homólogo do ano anterior, excetuando o novo seguro BES Saúde Ativa (Seguro de Saúde Low Cost) com um forte volume de vendas desde o seu lançamento (Fev/2013). Com um decréscimo na produção destacam-se essencialmente o Multirriscos, o Seguro BES Dia-a-Dia, o Automóvel e o Proteção ao Crédito.

Associado a uma menor atividade, a carteira em vigor apresenta um decréscimo de 0,6%, atingindo os 450 805 contratos no final de 2013.

	2013	2012	2011	Var.2013/ 2012	Var.2012/ 2011
Nº de apólices vendidas	74.966	84.393	85.686	-11,2%	-1,5%
Nº de apólices - carteira em vigor	450.805	453.740	458.020	-0,6%	-0,9%

Para este decréscimo contribuem os seguros Casa, o BES Boas Vindas, o Proteção ao Crédito e o seguro BES Dia-a-Dia.

Por outro lado, registe-se o aumento da Carteira em Vigor no seguro Automóvel, nos seguros de Saúde e no Proteção Salário. O Seguro de Saúde regista um crescimento de 4.573 apólices em Carteira em resultado do forte impacto do novo seguro de Saúde low-cost, o BES Saúde Ativa. No Seguro Auto, a manutenção do nível de anulações do produto permitiu a obtenção de um crescimento de 1,7% da Carteira em Vigor (+ 1.504 apólices que em Dezembro de 2012).

Com um volume de 71.059 milhares de euros, os prémios brutos emitidos apresentaram uma variação negativa de 0,4% face ao registado em 2012, fortemente influenciada pelos decréscimos nos Seguros de Acidentes Pessoais (- 16,8%) e Automóvel (- 1,0%). A diminuição nos Seguros de Acidentes Pessoais é devida essencialmente ao Seguro de Proteção ao Crédito (fortemente penalizado na atual conjuntura de restrição na concessão de Crédito), com um decréscimo de 36,0% em relação a 2012 (- 484 milhares de euros). Destaca-se o comportamento positivo face a 2012 do seguro Casa (+ 1,2%), do seguro de Saúde (+ 0,9%) e do Proteção Salários (+ 13,8%).

No entanto, a redução verificada no volume de negócios foi inferior à verificada no mercado dos seguros não vida (-3,2% face a 2012), mantendo a BES Seguros a quota de mercado global nos seguros não vida em 1,8%.

Prémios Brutos Emitidos

Milhares de Euros	2013	2012	2011	Var.2013/ 2012	Var.2012/ 2011
TOTAL	71.059	71.371	71.607	-0,4%	-0,3%
Acidentes Pessoais	3.294	3.960	4.861	-16,8%	-18,5%
Doença	27.440	27.187	27.788	0,9%	-2,2%
Riscos Múltiplos Habitação	24.051	23.776	22.787	1,2%	4,3%
Automóvel	16.275	16.447	16.171	-1,0%	1,7%
Quota de Mercado	1,8%	1,8%	1,7%		

1.4.2 Custos com Sinistros

Os custos com sinistros de Seguro Direto (montante bruto, incluindo custos de gestão) atingiram os 49.092 milhares de euros, apresentando um crescimento de 4,4% face a 2012.

As prestações pagas e os custos de gestão imputados à função sinistros aumentaram face a 2012 sendo o crescimento global nos custos com sinistros de Seguro Direto compensado favoravelmente pela variação da provisão para sinistros.

Em 2013, à semelhança do ocorrido em anos anteriores, continuou-se a verificar um processo de adequação do provisionamento relacionado com os sinistros em curso e com os sinistros ocorridos e ainda não declarados.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro totalizaram 46.892 milhares de euros, consequência do efeito favorável do resseguro cedido, aumentando no entanto 7,5% face ao ano anterior, explicado por o impacto do resseguro cedido não ter sido tão favorável como no ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2013	2012	2011	Var.2013/ 2012	Var.2012/ 2011
De seguro directo	49.092	47.001	45.540	4,4%	3,2%
Custos directos com sinistros	43.420	41.353	39.709	5,0%	4,1%
Prestações	46.429	42.537	43.577	9,1%	-2,4%
Variação da provisão para sinistros	-3.009	-1.184	-3.868	-154,1%	69,4%
Custos imputados à função sinistros	5.672	5.648	5.831	0,4%	-3,1%
De resseguro cedido	2.200	3.374	775	-34,8%	335,5%
Montantes pagos	3.003	1.856	1.175	61,8%	57,9%
Variação da provisão para sinistros	-803	1.518	-400	-152,9%	479,5%
Custos com sinistros líquidos de resseguro	46.892	43.627	44.766	7,5%	-2,5%

No que se refere às taxas de sinistralidade de seguro direto (medida pela relação entre os custos com sinistros registados no exercício e os prémios adquiridos), verificamos um agravamento de 2,5 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

No Seguro Casa registou-se uma taxa de sinistralidade de 64,1%, apresentando um agravamento de 16,1 pontos percentuais face a 2012. A subida da sinistralidade face ao ano anterior explica-se

essencialmente pelas condições climatéricas excepcionalmente adversas que assolaram o país em Janeiro/2013.

A taxa de sinistralidade do exercício do Seguro Auto é de 51,4% em 2013 registando um aumento face à taxa registada no período homólogo do ano anterior (38,9%). Na mesma tendência do já verificado em 2011 e em 2012, registaram-se em 2013 significativas regularizações de provisionamento dos processos em curso, mas em montante inferior ao registado em 2012, o que explica o aumento da taxa de sinistralidade em 12,5 pontos percentuais.

Esta revisão dos processos afetou essencialmente anos anteriores, tendo-se registado em Dezembro/2013 uma taxa de sinistralidade de 77,4% para sinistros com ocorrência em 2013, equivalente aos 77,8% verificados em Dezembro de 2012. Os custos com sinistros do exercício (visão contabilística) beneficiam de um “boni” de 4.305 milhares de euros (recuperação de provisionamento de anos anteriores).

A taxa de sinistralidade do exercício do Seguro Saúde situa-se nos 64,4% em Dezembro de 2013, sofrendo uma significativa redução face aos 78,9% verificados em 2012.

Esta diminuição da sinistralidade resulta do efeito combinado da descida da frequência e do custo médio dos sinistros, fruto das revisões tarifárias que foram efetuadas em Setembro/2012 e em Fevereiro/2013.

A diminuição da taxa de sinistralidade em 4,2 pp nos Acidentes Pessoais está diretamente relacionada com o Seguro BES Dia-a-Dia (diminuição da taxa de sinistralidade de 38,8% em Dezembro de 2012 para os 13,7% em Dezembro de 2013).

Taxa de Sinistralidade Seguro Directo (Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos)				
	2013	2012	2011	
				Var.2013/2012 Var.2012/2011
Total	65,4%	62,9%	61,3%	2,5 pp 1,6 pp
Custos directos com sinistros	57,9%	55,4%	53,5%	2,5 pp 1,9 pp
Acidentes Pessoais	25,3%	29,5%	16,1%	-4,2 pp 13,4 pp
Doença	64,4%	78,9%	76,9%	-14,5 pp 2,0 pp
Riscos Múltiplos Habitação	64,1%	48,0%	45,9%	16,1 pp 2,1 pp
Automóvel	51,4%	38,9%	41,0%	12,5 pp -2,1 pp
Custos imputados à função sinistros	7,6%	7,6%	7,9%	0,0 pp -0,3 pp

As taxas de sinistralidade líquidas de resseguro registam um aumento de 3,9 pp face a 2012, traduzindo uma menor participação dos Resseguradores nos custos com sinistros da Companhia, face a 2012. Em 2013 continua a ser reduzido o impacto dos sinistros de resseguro cedido na sinistralidade global.

Taxa de Sinistralidade Líq. Resseguro (Custos c/ Sinistros líquidos resseguro / Prémios Adquiridos líquidos resseguro)				
	2013	2012	2011	
				Var.2013/2012 Var.2012/2011
Total	72,9%	69,0%	71,2%	3,9 pp -2,2 pp
Custos directos com sinistros	64,1%	60,1%	61,9%	4,0 pp -1,8 pp
Acidentes Pessoais	10,7%	35,4%	28,2%	-24,7 pp 7,2 pp
Doença	65,8%	80,9%	79,0%	-15,1 pp 1,9 pp
Riscos Múltiplos Habitação	67,9%	52,4%	50,0%	15,5 pp 2,4 pp
Automóvel	58,7%	34,4%	48,5%	24,3 pp -14,1 pp
Custos imputados à função sinistros	8,8%	8,9%	9,3%	-0,1 pp -0,4 pp

1.4.3 Custos e Gastos de Exploração

Os custos de exploração líquidos apresentam um decréscimo de 0,4% em relação ao ano de 2012.

(Unidade: Milhares de euros)	2013	2012	2011	Var.2013/ 2012	Var.2012/ 2011
Custos de Exploração Líquidos	10.242	10.278	12.212	-0,4%	-15,8%
Custos de aquisição	10.326	11.262	12.908	-8,3%	-12,7%
Comissões (Intermediação de produtos de Seguros)	6.694	8.007	8.500	-16,4%	-5,8%
Outras Comissões e Custos de Aquisição	530	617	1.258	-14,1%	-50,9%
Custos imputados à função aquisição	3.102	2.638	3.150	17,6%	-16,2%
Custos de aquisição diferidos (variação)	900	554	181	62,5%	205,6%
Gastos administrativos	2.845	2.232	3.859	27,5%	-42,2%
Custos imputados à função administrativa	2.845	2.232	3.859	27,5%	-42,2%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-3.829	-3.770	-4.736	-1,6%	20,4%
Comissões de resseguros cedido	-2.988	-3.399	-3.308	12,1%	-2,8%
Participação nos resultados de resseguro	-841	-371	-1.428	-126,8%	74,1%

Este decréscimo resulta de uma combinação de diferentes fatores distintos:

- Nas comissões por intermediação de produtos de seguros (com uma redução de 16,4%), a diminuição do valor é explicada por rubricas distintas.

O comissionamento fixo diretamente relacionado com o volume de negócios diminui em 88 milhares de euros, devido essencialmente ao decréscimo da produção do Proteção ao Crédito.

O comissionamento a título de incentivo à qualidade da carteira, ligado ao comportamento dos saldos técnicos de anos anteriores, apresenta um decréscimo face ao período homólogo do ano anterior de 322 milhares de euros. Em 2013, todos os produtos, com exceção do BES Boas Vindas e do BES Dia-a-Dia, apresentam taxas de sinistralidade (ano de ocorrência) superiores aos rácios de equilíbrio da tarifa, resultando um valor de comissionamento reduzido.

As Comissões Extraordinárias de Evolução de Carteira registam um valor de 89 milhares de euros, apresentando uma variação de - 903 milhares de euros face ao ano anterior, consequência da contabilização em Julho/2012 da "Comissão Extraordinária de regularização da Actividade BSNV" no valor de 841 milhares de euros referente a acertos da Conta Jumbo.

- Outras Comissões e Custos de Aquisição com uma diminuição de 14,1% face ao período homólogo do ano anterior (- 87 milhares de euros). Diferença explicada essencialmente pelos custos de dinamização da rede, com um reduzido valor de 109 milhares de euros em 2013 quando comparado com o período homólogo (custos de 562 milhares de euros referentes a acréscimos Clube Ouro, bilhetes para o Euro 2012 e dotação comercial para dinamização da rede). Regista-se também o efeito da regularização dos Planos BES vendidos durante a Campanha de 2009 (efeito conjugado entre a correção do diferimento de custos dos planos BES 2009 referente aos contratos anulados e o acerto referente aos reembolsos efetuados pelos clientes nos Planos anulados).
- Os custos imputados à função administrativa aumentam 27,5% em resultado de em 2012 se ter regularizado a provisão no montante de 1 080 milhares de euros que tinha sido constituída em 2011 para fazer face a custos associados ao tratamento de movimentos nos contratos da Companhia efetuados de forma manual e até então não incluídos nos automatismos do sistema técnico da Companhia.
- As comissões e participação nos resultados de resseguro aumentam em relação a 2012.

A evolução dos custos de exploração por ramo é demonstrativa do referido anteriormente.

As comissões e participação nos resultados de resseguro dos Acidentes Pessoais incluem custos de aquisição diferidos referentes a resseguro, nomeadamente no que se refere aos seguros de “Proteção ao Crédito” e “Proteção Salários” e considerando a duração dos contratos.

(Unidade: Milhares de euros)	2013	2012	2011	Var.2013/ 2012	Var.2012/ 2011
Custos de Exploração Líquidos	10.242	10.278	12.212	-0,4%	-15,8%
Acidentes Pessoais	-2.581	-2.284	-2.488	-13,0%	8,2%
Doença	4.056	3.682	4.732	10,2%	-22,2%
Riscos Múltiplos Habitação	5.490	4.694	5.647	17,0%	-16,9%
Automóvel	3.277	4.187	4.321	-21,7%	-3,1%
Custos de Exploração Seguro Directo	14.071	14.048	16.948	0,2%	-17,1%
Acidentes Pessoais	1.149	1.377	2.130	-16,6%	-35,4%
Doença	4.155	3.790	4.850	9,6%	-21,9%
Riscos Múltiplos Habitação	5.490	4.694	5.647	17,0%	-16,9%
Automóvel	3.277	4.187	4.321	-21,7%	-3,1%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-3.829	-3.770	-4.736	-1,6%	20,4%
Acidentes Pessoais	-3.730	-3.662	-4.618	-1,9%	20,7%
Doença	-99	-108	-118	8,9%	8,5%
Riscos Múltiplos Habitação	0	0	0	-	-
Automóvel	0	0	0	-	-

1.4.4 Gastos Gerais por Natureza

Os custos e gastos por natureza a imputar apresentaram um crescimento de 10,2%, estando este aumento fortemente influenciado pelas “Outras provisões”.

(Unidade: Milhares de euros)	2013	2012	2011	Var.2013/ 2012	Var.2012/ 2011
CUSTOS IMPUTADOS POR FUNÇÕES	11.899	10.802	13.074	10,2%	-17,4%
Custos com sinistros	5.672	5.648	5.831	0,4%	-3,1%
Custos de aquisição	3.102	2.638	3.150	17,6%	-16,2%
Gastos administrativos	2.845	2.232	3.859	27,5%	-42,2%
Custos de gestão de investimentos	281	284	234	-1,0%	21,5%

(Unidade: Milhares de euros)	2013	2012	2011	Var.2013/ 2012	Var.2012/ 2011
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	11.899	10.802	13.074	10,2%	-17,4%
GASTOS DE NATUREZA OPERACIONAL	11.573	11.507	11.892	0,6%	-3,2%
Gastos com pessoal	3.114	2.909	2.782	7,1%	4,6%
Fornecimentos e serviços externos	7.609	7.702	8.326	-1,2%	-7,5%
Impostos e taxas	292	288	272	1,3%	6,1%
Depreciações e amortizações do exercício	557	607	512	-8,2%	18,4%
GASTOS DE NATUREZA FINANCEIRA	77	75	84	2,3%	-10,9%
Juros suportados	0	0	0	-	-
Comissões	77	75	84	2,3%	-10,9%
Outras provisões	250	-780	1.098	132,1%	-171,0%

Prosseguindo uma política de otimização do seu funcionamento, os gastos de natureza operacional da BES Seguros ascendem a 11.573 milhares de euros, apresentando um ligeiro crescimento de 0,6% comparativamente a 2012. No entanto, estes incluem na rubrica de fornecimentos e serviços externos, os custos relacionados com a gestão de serviços de Saúde e Auto, que são registados primeiro nesta natureza e posteriormente integralmente imputados à função sinistros. Excluindo estes, os gastos de natureza operacional ascenderiam a 7.205 milhares de euros e apresentariam um crescimento de 1,1% face ao ano anterior.

Os “Gastos com Pessoal” totalizaram 3.114 milhares de euros, aumentando 205 milhares de euros (+ 7,1%) face a 2012, devido essencialmente à nova imputação de custos dos Órgãos Sociais que foi efetuada a partir de Junho/2012 (impacto de 14,1%, o que corresponde a + 52 milhares de euros) e ao aumento das “Remunerações do Pessoal” com + 114 milhares de euros face a 2012 (+ 5,8%).

Em 2013 os “Fornecimentos e Serviços Externos” ascendem a 3.242 milhares de euros (não incluindo os “fees” dos produtos Saúde e Auto) e registam uma diminuição face ao ano anterior de – 81 milhares de euros (- 2,4%). Saliente-se os menores custos havidos com “Publicidade e Propaganda”, “Consultoria”, “Conservação e Reparação em Equipamento Informático” e “Trabalhos Executados no Exterior - Informática”.

O aumento da rubrica “Outras provisões” em 1.030 milhares de euros é explicado por uma anulação em 2012 de uma provisão no montante de 1.080 milhares de euros que tinha sido constituída em 2011 para fazer face a custos associados ao tratamento de movimentos nos contratos da Companhia efetuados de forma manual e até então não incluídos nos automatismos do sistema técnico da Companhia.

1.4.5 **Rácio Combinado**

A evolução dos rácios de custos com sinistros líquidos de resseguro e custos e gastos de exploração líquidos de resseguro em relação aos prémios adquiridos líquidos de resseguro foi a seguinte:

	2013	2012	2011	Var.2013/ 2012	Var.2012/ 2011
Custos e Gastos de Exploração / Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	15,9%	16,3%	19,4%	-2,0%	-16,3%
Doença	15,1%	13,9%	17,5%	8,7%	-20,5%
Riscos Múltiplos Habitação	24,8%	21,7%	26,8%	14,1%	-18,9%
Automóvel	22,9%	29,3%	30,8%	-21,9%	-4,9%
Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	72,9%	69,0%	71,2%	5,7%	-3,1%
Doença	81,3%	96,6%	95,1%	-15,8%	1,5%
Riscos Múltiplos Habitação	71,2%	55,6%	53,0%	28,1%	4,9%
Automóvel	64,0%	40,1%	54,4%	59,5%	-26,3%
Rácio combinado (líquido de resseguro)	88,9%	85,3%	90,6%	4,2%	-5,9%
Doença	96,4%	110,4%	112,6%	-12,7%	-1,9%
Riscos Múltiplos Habitação	96,0%	77,3%	79,7%	24,2%	-3,0%
Automóvel	86,8%	69,4%	85,2%	25,1%	-18,5%

1.4.6 Provisões Técnicas

(Unidade: Milhares de euros)	2013	2012	2011	Var.2013/ 2012	Var.2012/ 2011
Provisões técnicas	68.558	74.976	76.915	-8,6%	-2,5%
Provisão para prémios não adquiridos	25.335	28.407	31.188	-10,8%	-8,9%
Provisão para sinistros	34.238	37.247	38.431	-8,1%	-3,1%
De acidentes de trabalho	0	0	0	-	-
De outros ramos	34.238	37.247	38.431	-8,1%	-3,1%
Provisão para participação nos resultados	0	0	0	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	1.655	1.446	1.249	14,5%	15,7%
Provisão para riscos em curso	2.080	3.376	4.505	-38,4%	-25,1%
Outras provisões técnicas	5.250	4.500	1.542	16,7%	191,9%

As provisões técnicas apresentam uma redução de 8,6% em relação a 2012, situando-se nos 68 558 milhares de euros.

Esta evolução está fortemente influenciada pelo decréscimo verificado na provisão para prémios não adquiridos (registra um decréscimo de 3.073 milhares de euros face a 2012) em consequência da forte diminuição do volume de prémios brutos emitidos no seguro de Proteção ao Crédito.

Registe-se ainda a diminuição da provisão para sinistros (- 8,1% face a 2012), em particular nos seguros Saúde e Automóvel, em que se continuou o processo de adequação do provisionamento relacionado com os sinistros em curso e com os sinistros ocorridos e ainda não declarados, iniciado em 2010.

A provisão para riscos em curso regista uma diminuição face ao ano anterior de - 38,4%, a que corresponde - 1.296 milhares de euros. Esta diminuição ocorre no Seguro de Saúde, com uma variação de - 1.274 milhares de euros face a 2012, em resultado da melhoria dos rácios de gestão, nomeadamente a descida do rácio de sinistralidade do produto.

Em sentido inverso, destaca-se o aumento da Provisão para Envelhecimento da Carteira Saúde (englobada na rubrica “Outras provisões técnicas”), com um impacto de + 750 milhares de euros em 2013, na sequência de uma reavaliação das responsabilidades existentes neste domínio.

1.4.7 Atividade Financeira

O valor total dos ativos financeiros (incluindo depósitos bancários) totalizou 100.156 milhares de euros no final de 2013, sendo constituído na sua maioria por obrigações, aplicações de curto prazo e depósitos à ordem. Este valor representa um decréscimo de 2,1% em relação a 2012.

(Unidade: Milhares de euros)	2013	2012	2011	Var.2013/ 2012	Var.2012/ 2011
INVESTIMENTOS	100.156	102.315	92.163	-2,1%	11,0%
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.642	7.824	1.211	-15,1%	546,0%
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	0	-	-
Activos disponíveis para venda	83.377	82.124	71.025	1,5%	15,6%
Empréstimos e contas a receber	10.137	12.368	19.927	-18,0%	-37,9%
Investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	-	-

A atividade financeira líquida no exercício apresentou um decréscimo de 0,9% face a 2012, explicada por fatores distintos. Em 2013 registaram-se menores rendimentos líquidos (- 409 milhares de euros, consequência da diminuição da rentabilidade dos títulos e do menor volume de Investimentos e disponibilidades), um saldo de +/- valias mais favorável em 302 milhares de euros e um efeito favorável em 89 milhares de euros no Reajustamento de valor dos Títulos de rendimento fixo.

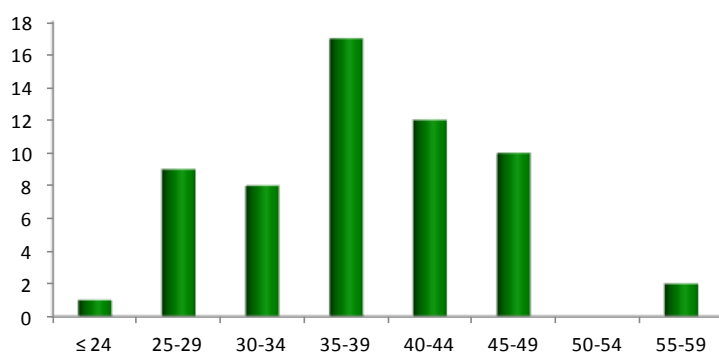
(Unidade: Milhares de euros)	2013	2012	2011	Var.2013/ 2012	Var.2012/ 2011
Atividade Financeira Líquida	2.212	2.231	2.768	-0,9%	-19,4%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	2.573	2.982	3.226	-13,7%	-7,5%
Ganhos líquidos de activos e passivos	-361	-751	-458	51,9%	-64,1%
Perdas de Imparidade	0	0	0	-	-

1.4.8 Recursos Humanos

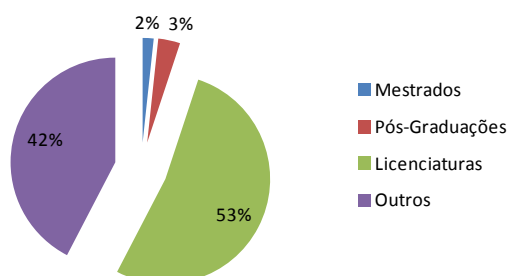
Em 31 de Dezembro de 2013, a BES Seguros tinha 59 colaboradores no seu quadro de pessoal, mais 2 que no final de 2012, dos quais 56 como efetivos (mais 1 que em 2012).

A maioria dos colaboradores encontra-se no escalão etário entre os 35 e os 44 anos e 58% têm formação académica de nível superior.

Distribuição por Escalão Etário



Grau Académico



1.4.9 Resultado do Exercício e Capital Próprio

A BES Seguros atingiu em 2013 um resultado líquido de 6.993 milhares de euros, representando 9,8% dos prémios brutos emitidos (9,6% em 2012) e um crescimento de 2,4% em relação ao ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2013	2012	2011	Var.2013/ 2012	Var.2012/ 2011
CAPITAL PRÓPRIO	30.214	30.177	20.901	0,1%	44,4%
Capital	15.000	15.000	15.000	0,0%	0,0%
Outros instrumentos de capital	0	0	0	-	-
Reservas de reavaliação	1.690	1.867	-5.968	-9,5%	131,3%
Reserva por impostos diferidos	-490	-541	1.731	9,5%	-131,3%
Outras reservas	5.088	4.405	3.581	15,5%	23,0%
Resultados transitados	1.932	2.615	1.936	-26,1%	35,1%
Resultado do exercício	6.993	6.831	4.621	2,4%	47,8%

O capital próprio, no valor de 30.214 milhares de euros, apresentou um ligeiro crescimento de 0,1% (+ 37 milhares de euros) relativamente ao verificado em 31 de Dezembro de 2012. Este acréscimo no Capital Próprio é explicado positivamente pelo resultado líquido de 2013 no valor de 6.993 milhares de euros, negativamente pela variação desfavorável ocorrida na Reserva de Reavaliação no valor de - 125 milhares de euros (reserva de reavaliação líquida de impostos diferidos) e negativamente pela distribuição de dividendos aos accionistas no valor de 6.831 milhares de euros referentes ao exercício de 2012.

1.4.10 Margem de Solvência

A taxa de cobertura da Margem de Solvência no final de 2013 (incluindo a estimativa de distribuição de dividendos referente ao ano 2013 proposta pelo Conselho de Administração) é de 166,1%, o que representa um excesso de 8.319 milhares de euros face à Margem de Solvência Exigida e um decréscimo de - 0,8 pp em relação à Margem de Solvência registada em 2012.

(Unidade: Milhares de euros)	2013 (*)	2012	2011	Var.2013/ 2012	Var.2012/ 2011
Margem de Solvência Disponível	20.913	21.404	15.567	-2,3%	37,5%
Margem de solvência Exigida	12.593	12.822	12.963	-1,8%	-1,1%
Excesso/(insuficiência)	8.319	8.582	2.604	-3,1%	229,6%
% de cobertura	166,1%	166,9%	120,1%	- 0,8 pp	+ 46,8 pp

(*) Elementos previsionais, considerando a distribuição proposta pelo Conselho de Administração.

1.4.11 Síntese e perspetivas

Depois de dois anos de contração, o sector segurador voltou a apresentar um crescimento em 2013. Esta evolução positiva ficou a dever-se ao ramo Vida, com um acréscimo no volume de produção de 33,4%, já que os ramos Não Vida verificaram um decréscimo de 4,4%, há semelhança do ano anterior.

Na continuidade do já verificado nos 2 últimos anos, a atividade dos seguros não vida, inclusive a da banca seguros, teve uma menor dinâmica, onde apenas o ramo Doença apresentou um comportamento positivo. A este comportamento não foi alheio uma conjuntura global ainda de contração, apesar dos sinais positivos que já se fizeram sentir.

Embora com uma estagnação do volume de negócios, a continuação de bons resultados técnicos e o controlo dos custos operacionais permitiram à Companhia manter resultados globais muito positivos assim como uma solidez económica, com adequados níveis de capital e solvência.

Prosseguindo a sua missão de oferecer um leque de soluções de seguros não vida de forma a garantir soluções de proteção e segurança aos seus clientes com um nível de serviço de excelência, a BES Seguros tratou de continuar a adequar e alargar a sua oferta

Foram exemplos disso a revisão verificada na oferta do “Seguro Proteção Salário” e o lançamento de um produto do ramo Acidentes de Trabalho, para o segmento dos empregados domésticos.

No final do ano 2013, a BES Seguros alargou também os seus canais de distribuição, estabelecendo um acordo de distribuição com o Banco Credibom para a mediação, por este, de produtos de seguros da BES Seguros, nomeadamente do ramo Automóvel.

Em 2014, as dificuldades e os desafios que se colocam à economia nacional, às empresas e às famílias serão ainda imensos. Nestes momentos de dificuldades, os produtos de proteção e segurança poderão surgir como oportunidades às quais a Companhia estará atenta.

Num contexto económico global ainda de reduzido poder de compra das famílias e de procura do melhor preço por parte dos clientes, a BES Seguros procurará otimizar a relação rentabilidade/competitividade, procurando posicionar-se com um preço competitivo, sem que tal prejudique a sua rentabilidade técnica e global. Para tal, conta com a eficiência do seu modelo de bancasseguros, a otimização contínua de custos e uma adequada política de subscrição e gestão dos seus riscos.

Por outro lado, fidelizar e aumentar gradualmente o nível de equipamento dos nossos clientes com produtos que respondam às suas necessidades continua a ser um dos principais eixos de atuação em 2014.

Neste sentido, o nosso enfoque passará também pela melhoria contínua da nossa oferta atual, na dinamização da rede comercial e no elevado nível de serviço que pretendemos manter.

O ano de 2014 será também o primeiro integral de exploração do ramo Acidentes de Trabalho e do novo canal de distribuição (Banco Credibom), dos quais se espera que venham gradualmente a acrescentar valor à atividade global da Companhia.

Mas num tempo de desafios, a BES Seguros não deixará de estar atenta a novas possibilidades de abordar o mercado e os seus clientes. Com o auxílio dos seus acionistas, estará atenta à utilização de novos canais, como sejam a internet ou as plataformas telefónicas já existentes nos seus parceiros.

Numa conjuntura ainda de alguma incerteza, a BES Seguros irá continuar a implementar uma política de investimento diversificada e prudente.

Na continuidade do verificado já em 2013, o ano 2014 terá ainda como ações prioritárias a adequação ao quadro regulamentar exigido pelo Solvência II, consolidando o funcionamento e os mecanismos de monitorização dos riscos das Companhias (processos, controlos, atividades e recursos).

No mesmo sentido, irá prosseguir a consolidação das estruturas de funcionamento e serviços partilhados com a BES Vida, assim como o desenvolvimento de sinergias com outras empresas do Grupo BES e Grupo Crédit Agricole.

1.5. Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício foi de 6 993 193 euros.

Adicionando a este resultado líquido o valor de 1 932 420 euros correspondente a resultados transitados, são suscetíveis de serem distribuídos 8 925 613 euros.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

1. 10% do resultado líquido do exercício, no valor de 699 319 euros, para Reserva Legal;
2. O valor de 6 993 000 euros para distribuição de dividendos aos acionistas;
3. O restante, no valor de 1 233 293 euros, transite para a conta de resultados transitados.

1.6. Nota final

O conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da BES, Companhia de Seguros, SA.

O Conselho de Administração gostaria de manifestar o reconhecimento pela confiança que os Clientes e Acionistas depositaram na Companhia, bem como o empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores, fundamentais para que a BES Seguros continue a atingir os objetivos a que se propuser.

Desejamos expressar também o nosso reconhecimento à imprescindível colaboração prestada pelo Grupo Crédit Agricole e Grupo BES.

Ao Conselho Fiscal, às Entidades de Supervisão e à Associação Portuguesa de Seguradores, o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que têm dispensado à BES Seguros, nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 17 de Março de 2014

O Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

2.1. Conta de Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 2013

BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

CONTA DE GANHOS E PERDAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	Dezembro 2013			Dezembro 2012
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	64.300.352	-	64.300.352	63.224.006
Prémios brutos emitidos		71.059.402	-	71.059.402	71.370.976
Prémios de resseguro cedido		(7.187.035)	-	(7.187.035)	(7.939.015)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		3.972.794	-	3.972.794	3.335.004
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(3.544.809)	-	(3.544.809)	(3.542.959)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	(46.892.075)	-	(46.892.075)	(43.626.763)
Montantes pagos		(49.097.166)	-	(49.097.166)	(46.329.140)
Montantes brutos		(52.100.421)	-	(52.100.421)	(48.184.755)
Parte dos resseguradores		3.003.255	-	3.003.255	1.855.615
Provisão para sinistros (variação)		2.205.091	-	2.205.091	2.702.377
Montante bruto		3.008.526	-	3.008.526	1.184.130
Parte dos resseguradores		(803.435)	-	(803.435)	1.518.247
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7	336.142	-	336.142	(2.026.061)
Custos e gastos de exploração líquidos	8	(10.242.176)	-	(10.242.176)	(10.278.251)
Custos de aquisição		(10.325.882)	-	(10.325.882)	(11.262.312)
Custos de aquisição diferidos (variação)		(900.209)	-	(900.209)	(554.113)
Gastos administrativos		(2.844.908)	-	(2.844.908)	(2.231.552)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		3.828.823	-	3.828.823	3.769.726
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	9	2.853.866	-	2.853.866	3.266.496
Gastos financeiros	10	(281.218)	-	(281.218)	(284.053)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(76.757)	-	(76.757)	(75.003)
Outros		(204.461)	-	(204.461)	(209.050)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	13	(361.024)	-	(361.024)	(751.271)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	14	22.122	-	22.122	5.229
Outros rendimentos/gastos	14	-	(51.462)	(51.462)	41.526
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		9.735.989	(51.462)	9.684.527	9.570.858
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	22	-	(2.833.106)	(2.833.106)	(2.549.042)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	22	-	141.772	141.772	(190.724)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				6.993.193	6.831.092
Resultado por ação básico				2,33	2,28

2.2. Balanço

BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

ATIVO
EM 31 DE DEZEMBRO 2013 E 2012

Valores em euros					
Balanço	Notas do Anexo	Dezembro 2013		Dezembro 2012	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	15	6.642.095	-	6.642.095	7.823.529
Ativos disponíveis para venda	16	83.377.094	-	83.377.094	82.123.977
Empréstimos e contas a receber	17	10.136.537	-	10.136.537	12.367.540
Outros ativos tangíveis	18	1.927.551	(1.822.758)	104.793	152.981
Outros ativos intangíveis	19	11.900.638	(9.592.400)	2.308.238	1.941.935
Provisões técnicas de resseguro cedido	20	9.139.824	-	9.139.824	11.482.393
Provisão para prémios não adquiridos		5.125.059	-	5.125.059	6.664.193
Provisão para sinistros		4.014.765	-	4.014.765	4.818.200
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12	-	-	-	12.260
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	21	3.464.440	-	3.464.440	2.798.513
Contas a receber por operações de seguro direto		449.165	-	449.165	517.907
Contas a receber por outras operações de resseguro		2.124.352	-	2.124.352	1.534.237
Contas a receber por outras operações		890.923	-	890.923	746.369
Ativos por impostos	22	206.939	-	206.939	3.754
Ativos por impostos correntes		68.782	-	68.782	3.754
Ativos por impostos diferidos		138.157	-	138.157	-
Acréscimos e diferimentos	23	1.087.736	-	1.087.736	1.535.725
TOTAL ATIVO		127.882.854	(11.415.158)	116.467.696	120.242.607

BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S A

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

		Valores em euros	
Balço	Notas do Anexo	Dezembro 2013	Dezembro 2012
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	20	68.558.290	74.975.542
Provisão para prémios não adquiridos		25.334.615	28.407.199
Provisão para sinistros de outros ramos		34.238.300	37.246.826
Provisão para desvios de sinistralidade		1.655.385	1.445.872
Provisão para riscos em curso		2.079.990	3.375.645
Outras provisões técnicas		5.250.000	4.500.000
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12	2.905	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	24	10.192.612	5.435.081
Contas a pagar por operações de seguro directo		7.557.902	2.398.153
Contas a pagar por outras operações de resseguro		261.874	623.542
Contas a pagar por outras operações		2.372.836	2.413.386
Passivos por impostos correntes	22	1.544.441	1.734.829
Passivos por impostos diferidos		490.187	545.048
Acréscimos e diferimentos	25	4.812.821	6.972.395
Outras Provisões	26	652.635	402.635
TOTAL PASSIVO		86.253.891	90.065.530
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	27	15.000.000	15.000.000
Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros		1.690.299	1.867.010
Reserva por impostos		(490.187)	(541.433)
Outras reservas		5.088.080	4.404.971
Resultados transitados		1.932.420	2.615.437
Resultado do exercício		6.993.193	6.831.092
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		30.213.805	30.177.077
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		116.467.696	120.242.607

2.3. Demonstração de Variações do Capital Próprio

BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012							Valores em euros
	Capital	Reserva de reavaliação	Reservas por impostos diferidos e correntes	Outras reservas	Resultados transitados	Resultados do exercício	Total de Capital Próprio
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal			
Balanco a 31 de Dezembro de 2011	15.000.000	(5.968.218)	1.730.783	3.580.648	1.936.439	4.621.109	20.900.761
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	7.835.228	-	-	-	-	7.835.228
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	(2.272.216)	-	-	-	(2.272.216)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	462.111	(462.111)	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(3.480.000)	-	(3.480.000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital	-	-	-	362.212	-	-	362.212
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	4.621.109	(4.621.109)	-
Total da variação do capital próprio	-	7.835.228	(2.272.216)	824.323	678.998	(4.621.109)	2.445.224
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.831.092	6.831.092
Balanco a 31 de Dezembro de 2012	15.000.000	1.867.010	(541.433)	4.404.971	2.615.437	6.831.092	30.177.077
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(176.711)	-	-	-	-	(176.711)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	51.246	-	-	-	51.246
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	683.109	(683.109)	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(6.831.000)	-	(6.831.000)
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	6.831.092	(6.831.092)	-
Total da variação do capital próprio	-	(176.711)	51.246	683.109	(683.017)	(6.831.092)	(6.956.465)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.993.193	6.993.193
Balanco a 31 de Dezembro de 2013	15.000.000	1.690.299	(490.187)	5.088.080	1.932.420	6.993.193	30.213.805

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

2.4. Demonstração do Rendimento Integral

BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DE
31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	Valores em euros	
	2013	2012
Resultado líquido do exercício	6.993.193	6.831.092
Vendas de ativos financeiros disponíveis para venda	125.117	329.650
Variação do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	(301.828)	7.505.578
Variação dos impostos correntes e diferidos	51.246	(2.272.216)
Outros ganhos /perdas reconhecidos diretamente em capitais próprios	-	362.212
Total do rendimento integral	6.867.728	12.756.316

2.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	Notas	2013	2012
FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL			
A Recebimentos			
Operações de Seguro		78.734.013	73.542.877
Operações de Resseguro		1.859.646	336.103
Outras Atividades Operacionais		50.596	332.550
B Pagamentos			
Operações de Seguro		(47.328.381)	(42.915.902)
Operações de Resseguro		(5.174.724)	(5.084.169)
Comissões	5,6,7,8,11	(1.427.268)	(4.755.908)
Outras Atividades Operacionais		(604)	(6.832)
C Pagamentos ao Pessoal		(1.412.189)	(1.496.637)
D Pagamentos a Fornecedores		(9.218.203)	(8.594.609)
E Outros pagamentos e recebimentos		(1.931.078)	(864.096)
F Impostos e Taxas		(8.733.236)	(8.310.684)
G Impostos sobre o rendimento		(2.921.517)	(3.024.879)
Fluxos de Atividade Operacionais (1)		2.497.055	(842.186)
FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO			
H Recebimentos			
Alienação de Investimentos	2,4	56.629.066	69.977.437
Dividendos	6,	52.823	45.231
Juros	4,5,10,	473.828	3.673.713
Outros Rendimentos		12.937	8.627
I Pagamentos			
Aquisição de Investimentos	1,3	(54.016.143)	(62.770.356)
Fluxos de Atividade de Investimento (2)		3.152.511	10.934.652
FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
J Recebimentos			
J Pagamentos			
Dividendos		(6.831.000)	(3.480.000)
Fluxos de Atividade de Financiamento (3)		(6.831.000)	(3.480.000)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)		(1.181.434)	6.612.466
K Caixa e seus equivalentes no início do exercício		7.823.529	1.211.063
L Caixa e seus equivalentes no final do exercício		6.642.095	7.823.529

- 1 Compra de títulos de rendimento variável
2 Venda de títulos de rendimento variável
3 Compra de títulos de rendimento fixo
4 Venda de títulos de rendimento fixo
5 Rendimento recebido de títulos de rendimento fixo
6 Dividendos
7 Rendimento recebido de fundos de investimento
8 Comissão de custódia
9 Juros devedores
10 Juros credores
11 Cupão do empréstimo subordinado

2.6. Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Informações Gerais

Introdução

A Companhia (então designada por Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A) foi constituída por escritura celebrada em 12 de Setembro de 1996 com um Capital Social de €7.481.968,46, posteriormente atualizado para €15.000.000.

Em 27 de Junho de 2006 verificou-se a alteração do nome da Sociedade, passando a designar-se por BES, Companhia de Seguros, SA, (“Bes Seguros” ou “Companhia”) N.º 503 718 092, de pessoa coletiva e de matrícula na C.R.C. de Lisboa, com sede na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75-11º - 1070-061 Lisboa, Portugal.

Na mesma data, 50% do capital social da Companhia passou a ser detido pelo Crédit Agricole, S.A., ficando este com o controlo de gestão da Companhia; os restantes 50% são detidos pelo Grupo Banco Espírito Santo e pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 2008, ocorreram alterações ao nível da estrutura acionista da BES Seguros, com a transmissão da participação detida pelo Crédit Agricole, S.A para a Crédit Agricole Assurances de 1.500.000 ações, com valor nominal de 5€ cada, representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto.

A Companhia é consolidada nas demonstrações financeiras da Crédit Agricole Assurances S.A.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 17 de Março de 2014.

Descrição da natureza do negócio

A BES Seguros deu continuidade à sua atividade na área de Banca Seguros, ao servir os clientes particulares do Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo dos Açores e Banco BEST, com os produtos de base de seguros não-vida.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

2.1. Descrição das bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos registos contabilísticos da BES Seguros, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para a atividade seguradora em conformidade com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES”) aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R e n.º 22/2011 de 16 de Dezembro, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Contudo e tal como descrito na Nota 37, a BES Seguros adotou igualmente na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2013, as normas contabilísticas emitidas

pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2012. As políticas contabilísticas utilizadas pela BES Seguros na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adotadas em 2012 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a BES Seguros ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

No âmbito da transposição do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, a BES Seguros já adota os princípios de reconhecimento e mensuração estabelecidos pelos IFRS desde 1 de Janeiro de 2004, para efeitos de reporte aos Acionistas.

Foram também utilizadas as normas emitidas pelo ISP que definem a contabilização das operações efetuadas pelas empresas de seguros.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2013, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras comparativas, com referência a 31 de Dezembro de 2013. A Companhia opera de acordo com o princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o atual Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

2.2. Especialização de Exercícios

Os proveitos e os custos são considerados quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento do recebimento ou pagamento, estando assim relevados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

2.3. Responsabilidade por Férias e Subsídio de Férias

Esta responsabilidade está refletida na rubrica de “Acréscimos e diferimentos” do passivo, representando dois meses de remuneração a auferir pelos empregados em 2014 e respetivos encargos, ficando assim representadas as responsabilidades legais existentes, uma vez que o direito a estas remunerações foi adquirido no exercício de 2013.

2.4. Operações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

2.5. Instrumentos Financeiros Derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.6. Outros Ativos Financeiros

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade financeira de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

- *Investimentos disponíveis para venda*

Os investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

- *Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de: ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

- *Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

- *Transferências entre categorias de ativos financeiros*

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, "*Loans and Receivables*" ou para ativos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria. A Companhia não adotou esta possibilidade.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "*Loans and receivables*" e "*Held-to-maturity*" são também permitidas.

- *Imparidade*

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A Companhia elegeu como critérios de imparidade os seguintes:

- Instrumentos de capital, o declínio de 50% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 24 meses;
- Adicionalmente, para os instrumentos financeiros com menos valias não realizadas, a análise sobre a imparidade requer a aplicação de um julgamento. Uma diminuição de 30% durante 6 meses é um critério que ajuda a aplicar este julgamento;
- *Instrumentos de dívida, incumprimentos do emissor.*

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. Caso

estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

2.8. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, englobando as despesas necessárias à sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,50%
Máquinas e ferramentas	20 a 25%
Equipamento informático	10 a 33,33%
Instalações interiores	10%
Material de transporte	25%
Outros Equipamentos	12,50%
Património artístico	12,50%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.9. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software*, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Despesas de constituição e instalação	33,33%
Despesas de investigação e desenvolvimento	33,33%
Despesas em edifícios arrendados	10%
Equipamento informático (software)	16,66% a 33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10. Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – *Locações*. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais:

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.11. Benefícios aos empregados

Pensões

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT)".

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de Junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia irá proceder à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Conforme referido acima, a Companhia, de acordo com as opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios a empregados, optou por uma alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios atuariais passando a reconhecer os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos ativos do plano deduzidos do *unwinding* dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual e o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os encargos com reformas antecipadas são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Para além destas, a Companhia tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2005.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

De acordo com o CCT, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, passaram a beneficiar de um plano individual de reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem crescente, sendo de 1% em 2012 até atingirem, em 2017, 3,25% do ordenado base anual do trabalhador; tem capital garantido; o valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal.

Para dar cumprimento ao atrás referido, a Companhia constitui, com efeitos a 1 de Janeiro de 2012, um seguro de vida de contribuição definida e com Capital Garantido para os seus colaboradores do quadro efetivo e que dele faziam parte em 31 de Dezembro de 2011, fazendo uma contribuição anual igual a 1% da remuneração base para esses colaboradores.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Distribuição de resultados aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias os acionistas aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

2.12. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declaração de autoliquidação, elaborada de acordo com as normas fiscais vigentes, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contados a partir do exercício a que respeitam. Não se esperam ajustamentos às declarações já entregues.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovada à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

2.13. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.14. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de “Juros e proveitos similares” utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.15. Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.16. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros define que os prémios de seguro direto sejam considerados, na sua totalidade, como proveitos no momento da emissão ou renovação da respetiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação. Assim, no final de cada exercício são realizadas determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como se segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para Prêmios Não Adquiridos

A provisão para prêmios não adquiridos é baseada na avaliação dos prêmios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método “Pro-rata temporis”, por cada contrato em vigor, de acordo com a norma do ISP 19/1994-R de 6 de Dezembro com as alterações introduzidas pelas normas 3/1996-R de 18 de Janeiro e 4/1998-R de 16 de Março.

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor dos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2012 e ainda não participados (IBNR) e os custos diretos e indiretos associados com a regularização futura destes sinistros.

Esta provisão é calculada do seguinte modo:

- a) Com base na análise efetuada aos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- b) Pela aplicação de uma taxa, determinada individualmente para cada ramo através de estudos atuariais efetuados ao longo do exercício tendo por base as características específicas de cada um, ao valor dos custos do exercício relativos a sinistros declarados de cada ramo, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício, conforme Norma 4/1998-R de 16 de Março emitida pelo ISP; e
- c) Pela projeção, dos custos associados à regularização dos sinistros já encerrados, aplicada aos sinistros em curso e à estimativa de sinistros ocorridos e ainda não participados.

Provisão para Riscos em Curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prêmios não adquiridos e dos prêmios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prêmios que se renovam em Janeiro do ano seguinte, sendo calculada em conformidade com os critérios estabelecidos pelo ISP.

Provisão para Desvios de Sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Esta provisão foi constituída para o risco de fenómenos sísmicos, calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisão para Envelhecimento

A provisão para envelhecimento destina-se a fazer face ao valor atuarial dos compromissos da Companhia no ramo Doença após dedução do valor atuarial dos prêmios futuros.

Esta provisão, é calculada tendo por base as previsões de permanência dos segurados em carteira (tabelas de mortalidade e estudo de anulações) e os níveis de sinistralidade.

Provisões para o Resseguro Cedido

Nas provisões calculadas para o resseguro cedido foram utilizados os critérios acima mencionados para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, assim como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

2.17. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.18. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2013 e 2012, a Companhia não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer um julgamento (Nota 2.6. Imparidade).

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da BES Seguros, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.4. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.5. Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística, provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

4. Reporte por segmentos

Segmento de negócio

A BES Seguros opera nos ramos “Não-Vida”, explorando os ramos “Riscos múltiplos habitação”, “Automóvel”, “Doença” e “Acidentes” no âmbito das autorizações concedidas pelo Instituto de Seguros de Portugal (adiante designado por ISP).

A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

Relato por segmentos de negócio

Conta de Ganhos e Perdas

2013						
	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica	Total
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro					-	
Prémios brutos emitidos	25	950.563	26.865.687	22.151.170	14.332.907	64.300.352
Prémios de resseguro cedido	106	3.293.904	27.439.807	24.050.993	16.274.592	71.059.402
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(81)	(2.360.519)	(580.432)	(2.030.430)	(2.215.654)	(7.187.035)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	3.561.987	6.312	130.607	273.969	3.972.794
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(3.544.809)	-	-	-	(3.544.809)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	(103.735)	(21.846.955)	(15.771.669)	(9.169.716)	(46.892.075)
Montantes pagos	-	(206.728)	(23.931.283)	(14.675.204)	(10.283.952)	(49.097.167)
Provisão para sinistros (variação)	-	102.993	2.084.328	(1.096.465)	1.114.236	2.205.092
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	-	523.652	(351.525)	164.015	336.142
Custos e gastos de exploração líquidos	(6)	2.581.369	(4.056.241)	(5.490.101)	(3.277.197)	(10.242.176)
Custos de aquisição	(6)	(659.094)	(3.586.506)	(3.761.598)	(2.318.678)	(10.325.882)
Custos de aquisição diferidos (variação)	-	(485.844)	68.587	(287.520)	(195.432)	(900.209)
Gastos administrativos	-	(3.905)	(636.933)	(1.440.983)	(763.087)	(2.844.908)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	3.730.212	98.611	-	-	3.828.823
Rendimentos	-	-	313.428	607.244	1.933.194	2.853.866
Gastos financeiro	-	(223)	(68.320)	(64.441)	(148.234)	(281.218)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	(13.528)	(75.410)	(272.086)	(361.024)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	21.841	281	-	-	22.122
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	(51.462)	(51.462)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	19	3.449.815	1.718.004	3.562.883	(51.462)	9.684.527
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	-	(2.833.106)	(2.833.106)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	19	3.449.815	1.718.004	3.562.883	(2.742.796)	6.993.193

2012						
	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica	Total
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	-	806.850	26.505.272	21.616.045	14.295.838	63.224.006
Prémios brutos emitidos	-	3.960.429	27.187.242	23.776.500	16.446.805	71.370.976
Prémios de resseguro cedido	-	(3.158.514)	(685.307)	(1.856.486)	(2.238.708)	(7.939.015)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	3.547.894	3.338	(303.968)	87.741	3.335.003
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(3.542.959)	-	-	-	(3.542.959)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	(288.774)	(25.591.041)	(12.011.757)	(5.735.192)	(43.626.764)
Montantes pagos	-	(142.219)	(23.189.080)	(12.309.984)	(10.687.857)	(46.329.140)
Provisão para sinistros (variação)	-	(146.555)	(2.401.961)	298.227	4.952.665	2.702.376
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	-	(2.677.163)	(196.516)	847.618	(2.026.061)
Custos e gastos de exploração líquidos	-	2.284.485	(3.681.811)	(4.694.389)	(4.186.535)	(10.278.250)
Custos de aquisição	-	(774.132)	(2.926.696)	(4.321.428)	(3.240.055)	(11.262.312)
Custos de aquisição diferidos (variação)	-	(597.760)	(128.998)	262.501	(89.856)	(554.113)
Gastos administrativos	-	(5.125)	(734.341)	(635.442)	(856.624)	(2.231.552)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	3.661.502	108.224	-	-	3.769.726
Rendimentos	-	-	543.949	650.919	134.282	3.266.496
Gastos financeiro	-	(277)	(48.214)	(57.667)	(177.895)	(284.053)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	(131.462)	(156.775)	(463.034)	(751.271)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	1.631	2.861	-	-	5.228
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	415.26	415.26
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	-	2.803.915	(5.077.608)	5.149.860	6.518.147	9.570.857
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	-	(2.549.042)	(2.549.042)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	-	-	(190.724)	(190.724)
Resultado líquido do exercício	-	2.803.915	(5.077.608)	5.149.860	6.518.147	6.831.092

Balanço

2013						
	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica	Total
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais				
ATIVO						
Ativos disponíveis para venda	98	13.212.140	16.342.681	17.314.099	36.460.910	83.377.094
Empréstimos e contas a receber	12	1.607.170	1.987.980	2.106.146	4.435.229	10.136.537
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	6.154.278	-	2.142	2.983.404	9.139.824
PASSIVO						
Provisões Técnicas	81	10.870.065	13.445.665	14.244.382	29.997.597	68.558.290
Outros credores por operações de seguro e outras operações	6	479.006	372.958	5.126.366	1.791.101	10.192.612
Acréscimos e diferimentos	-	336.938	1.773.934	524.560	1.036.418	4.812.821

2012						
	Acidentes e Doença		Incendio e outros danos	Automóvel	Não técnica	Total
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais				
ATIVO						
Ativos disponíveis para venda	-	-	15.024.515	17.513.408	49.545.909	82.123.976
Empréstimos e contas a receber	-	-	2.263.738	2.638.739	7.465.063	12.367.540
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	7.915.389	-	-	3.567.004	11.482.393
PASSIVO						
Provisões Técnicas	-	14.271.175	16.128.543	12.637.837	31.937.988	74.975.543
Outros credores por operações de seguro e outras operações	-	(1.657.377)	16.286.484	4.462.128	3.886.005	5.435.081
Acréscimos e diferimentos	-	345.125	561.866	615.530	2.776.358	5.436.669

A repartição dos ativos e passivos por segmentos é feita de acordo com o volume das carteiras de investimentos e passivos e provisões técnicas, respetivamente. O segmento “não técnico” diz respeito aos ativos e passivos não relacionados diretamente com produtos.

5. Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2013	2012
Prémios brutos emitidos	71.059.402	71.370.976
Prémios de resseguro cedido	(7.187.035)	(7.939.015)
Prémios líquidos de resseguros	63.872.367	63.431.961
Variação da provisão para prémios não adquiridos (líquida de resseguro)	427.985	(207.955)
Prémios líquidos de resseguro	64.300.352	63.224.006

Anexo 4 - Discriminação de alguns valores por ramos:

Ramo/Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro**
Seguro Directo					
Acidentes Trabalho	106	25	-	(6)	-
Acidentes e doença					
Acidentes Pessoais	3.293.904	6.855.891	(1.738.453)	(1.148.843)	(540.396)
Doença	27.439.807	27.446.119	(21.846.955)	(4.154.852)	(481.821)
Incendio e outros danos	24.050.993	24.181.600	(16.242.617)	(5.490.102)	(1.559.483)
Automóvel					
Responsabilidade Civil	9.731.966	9.945.052	(7.264.407)	(2.167.681)	(283.261)
Outras Coberturas	6.542.626	6.603.509	(1.999.463)	(1.109.516)	(1.838.240)
Total	71.059.402	75.032.196	(49.091.895)	(14.071.000)	(4.703.201)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

** Saldo favorável aos Resseguradores

6. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2013	2012
Seguro directo		
Montantes pagos	(46.428.769)	(42.537.075)
Custos imputados à função sinistros (Nota 11)	(5.671.652)	(5.647.680)
Variação da provisão para sinistros	3.008.526	1.184.130
	(49.091.895)	(47.000.625)
Resseguro cedido		
Montantes pagos	3.003.255	1.855.615
Variação da provisão para sinistros	(803.435)	1.518.247
	2.199.820	3.373.862
	(46.892.075)	(43.626.763)

Anexo 3*:

Ramo/Grupos de Ramos	Montantes pagos prestações (1)	Montantes Pagos Custo de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Acidentes e doença				
Acidentes Pessoais	(2.061.397)	(2.024)	324.967	(1.738.454)
Doença	(19.755.583)	(4.175.697)	2.084.328	(21.846.952)
Incendio e outros danos	(14.403.117)	(740.893)	(1.098.607)	(16.242.617)
Automóvel				
Responsabilidade Civil	(8.735.338)	(678.320)	2.149.250	(7.264.408)
Outras Coberturas	(1.473.333)	(74.718)	(451.413)	(1.999.464)
Total	(46.428.768)	(5.671.652)	3.008.525	(49.091.895)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

O valor da variação da Provisão para Sinistros, apresentado acima, é líquido de reembolsos em 2013 no montante de 3.192 milhares de euros.

7. Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)

As outras provisões técnicas líquidas de resseguro são analisadas como segue:

	2013	2012
Provisão para desvios de sinistralidade	(209.513)	(196.516)
Provisão para riscos em curso	1.295.655	1.128.954
Outras provisões técnicas	(750.000)	(2.958.499)
	336.142	(2.026.061)

8. Custos e Gastos de Exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2013	2012
Custos de aquisição	(10.325.882)	(11.262.312)
Comissões por intermediação de produtos de seguro direto	(6.694.121)	(8.006.736)
Custos imputados à função aquisição (nota 11)	(3.101.515)	(2.638.324)
Outros	(530.246)	(617.253)
Custos de aquisição diferidos (variação)	(900.209)	(554.113)
Custos imputados à função administrativa (nota 11)	(2.844.908)	(2.231.552)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	3.828.823	3.769.726
Comissões de resseguros cedido	2.988.121	3.399.091
Participação nos resultados de resseguro	840.702	370.635
	(10.242.176)	(10.278.251)

9. Rendimentos

Rendimentos por categoria de investimento

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são analisados como segue:

	2013	2012
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos disponíveis para venda	2.682.024	2.919.491
de empréstimos concedidos e contas a receber	171.842	347.005
	2.853.866	3.266.496

10. Gastos financeiros

A rubrica de “Gastos financeiros” diz respeito aos custos imputados à função investimentos (nota 11).

11. Custos por natureza imputados

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	2013	2012
Custos com sinistros (ver Nota 6)	(5. 671.652)	(5. 647.680)
Custos de aquisição (ver Nota 8)	(3. 101.515)	(2. 638.324)
Custos administrativos (ver Nota 8)	(2. 844.908)	(2. 231.552)
Custos de gestão de investimentos (ver Nota 10)	(281.219)	(284.053)
	(11.899.294)	(10.801.609)

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

	2013	2012
Custos com pessoal	(3. 114.275)	(2. 909.133)
Fornecimentos e serviços externos	(7. 609.097)	(7. 702.374)
Impostos e taxas	(292.113)	(288.463)
Amortizações do exercício (ver notas 20 e 21)	(557.052)	(606.636)
Outras provisões (ver nota 29)	(250.000)	780. 000
Comissões	(76.757)	(75.003)
	(11.899.294)	(10.801.609)

Gastos com pessoal:

Número médio de trabalhadores

Durante os exercícios de 2013 e 2012, de acordo com a nova classificação do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o número médio de Colaboradores pertencentes ao quadro efetivo ao serviço da Companhia, por categorias profissionais, foi o seguinte:

	2013	2012
Directores	3	3
Gestores	1	1
Coordenadores	5	5
Técnicos	24	22
Especialistas	26	24
	59	55

Despesas com o pessoal

O montante dos gastos com o pessoal no exercício foi o seguinte:

	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	(421.440)	(434.193)
Remunerações do pessoal	(2.071.905)	(1.930.881)
Encargos sobre remunerações	(455.552)	(435.498)
Benefícios pós emprego	(22.863)	(43.029)
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	(19.549)	(9.916)
Seguros obrigatórios	(32.192)	(34.560)
Custos de acção social	(69.004)	(82.145)
Outros custos com o pessoal	(21.770)	23.732
Estimativa de bónus	-	37.357
	(3.114.275)	(2.909.133)

Órgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

O montante das despesas com os órgãos sociais no exercício foi o seguinte:

	2013	2012
Conselho de Administração		
Remunerações e outros benefícios	(485.876)	(392.875)
Remunerações variáveis	64. 436	23. 368
Encargos sobre remunerações	(45.929)	(119.185)
	(467.369)	(488.692)

Na rubrica “Remunerações variáveis” de 2013 estão incluídas recuperações de acréscimos constituídos em 2012 no valor de 75 milhares de euros.

Os “Fornecimentos e serviços externos” são analisados como segue:

	2013	2012
Electricidade	(19.159)	(22.639)
Combustíveis	(17.180)	(18.184)
Água	-	(1.091)
Impressos	(108.619)	317.741
Material de escritório	(28.173)	(4.740)
Livros e documentação técnica	-	(183)
Conservação e Reparação	(855.345)	(963.811)
Rendas e Aluguers	(445.818)	(365.021)
Despesas de representação	(5.300)	(975)
Comunicação	(550.151)	(516.864)
Deslocações e Estadas	(37.684)	(32.364)
Seguros	(20.025)	(30.941)
Gastos com Trabalho Independente	(15.423)	(22.526)
Publicidade e Propaganda	(69.399)	(164.293)
Limpeza, Higiene e Conforto	(36.110)	(38.248)
Contencioso e notariado	(182)	(410)
Vigilância e segurança	(2.646)	(2.646)
Trabalhos Especializados	(5.233.625)	(5.718.378)
Quotizações (Actividade)	(44.725)	(44.350)
Refeições no local de trabalho	(8.198)	(9.562)
Despesas de Condomínio	(43.392)	(26.878)
Despesas Bancárias - Comissões	(20.622)	(18.544)
Outros Fornecedores e Serviços	(47.321)	(17.467)
	(7.609.097)	(7.702.374)

A rubrica de “Trabalhos especializados” inclui o montante de 4.144 milhares de Euros, respeitante a gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença (3.807 milhares de Euros em 2012).

Os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas são registados na rubrica de “Trabalhos especializados”. Durante o exercício 2013 foram faturados 22 milhares de Euros respeitantes a serviços de Revisão Legal de Contas (23 milhares de Euros em 2012).

12. Obrigações com benefícios dos empregados

Pensões de reforma, plano de benefício definido

Conforme referido na Nota 2.11., foram estabelecidos planos de contribuição definida para os colaboradores da Companhia, sendo o montante da contribuição para esses planos de 10 milhares de euros, estando abrangidos os benefícios por pré-reforma, por morte, velhice e invalidez.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma é efetuada anualmente, tendo a última sido elaborada com data de referência a 31 de Dezembro de 2013.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais , para 31 de Dezembro de 2013 e 2012, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

	2013	2012
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	1% - 2,50% (*)	N/A - 2,50% (*)
Taxa de crescimento das pensões	0% - 2,50% (*)	1,00% - 2,50% (*)
Taxas de rendimento do fundo	4,25% - 5,48% (*)	5,48% (*) - 5,90%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	1% - 2,50% (*)	2,25% - 3,75% (*)
Taxa de desconto	3,75%	4,25%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Projet Unit Credit Method	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de “rating” elevada qualidade.

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

	2013	2012
Ativos	5	5
Reforma antecipada	1	1
	6	6

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	2013	2012
Ativos (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidade em 31 de Dezembro		
Pensionistas	(21.657)	(29.817)
Ativos	(175.642)	(162.308)
	(197.299)	(192.125)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	194.394	204.384
Ativos/(passivos) a receber/entregar ao fundo	(2.905)	12.259
Ativos (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	(2.905)	12.259

Os Ativos líquidos em balanço encontram-se refletidas na rubrica de “Ativos e Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma pode ser analisada como segue:

	2013	2012
Responsabilidades em 1 de Janeiro	(192.125)	(318.219)
Custos dos juros	35.632	(32.358)
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	(48.505)	18.390
Benefícios pagos pela Companhia	7.699	7.699
Alteração plano BD/CD	-	132.363
	(197.299)	(192.125)
Responsabilidade em 31 de Dezembro	(197.299)	(192.125)

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser analisada como segue:

	2013	2012
Saldo do fundo 1 de Janeiro	206.839	296.068
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do fundo	8.791	13.981
Ganhos e perdas atuariais	(21.236)	29.153
Alteração plano BD/CD	-	(132.363)
Saldo em 31 de Dezembro	194.394	206.839

A evolução dos ativos a receber/passivos a entregar durante 2013 e 2012, pode ser analisada como segue:

	2013	2012
Saldo do fundo 1 de Janeiro	206.839	296.068
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do fundo	8.791	13.981
Ganhos e perdas atuariais	(21.236)	29.153
Alteração plano BD/CD	-	(132.363)
Saldo em 31 de Dezembro	194.394	206.839

A movimentação da reserva, relativa a custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2013	2012
Desvios atuariais diferidos em 1 de Janeiro	(292.471)	(299.243)
Ganhos e perdas atuariais nas responsabilidades nos ativos do plano	(48.505)	(23.716)
Amortização do exercício	(21.236)	13.571
	-	16.917
Desvios atuariais diferidos em 31 de Dezembro	(362.212)	(292.471)

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	2013	2012
Custos do serviço corrente dos juros liquidados do saldo da cobertura das responsabilidades	(35.632)	32.358
Rendimento esperado do fundo	58.495	(15.544)
Custos do exercício	22.863	16.814

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2013	%	em milhares de euros	2012	%
Terrenos e edifícios	7.734	14,12%		7.934	14,49%
Ativos da entidade gestora ou de sociedades relacionadas	-	0,00%		-	0,00%
Acções e outros títulos de rendimento variável	18.009	32,88%		12.645	23,09%
Títulos de rendimento	27.007	49,32%		34.253	62,55%
Depósitos em instituições de crédito	2.011	3,67%		1.449	2,65%
Devedores e credores do fundo	(253)	-0,46%		50	0,09%
Juros a receber	256	0,47%		292	0,53%
	54.764	100%		56.623	103%

Deve ser referido que os montantes acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões Tranquilidade, do qual a BES-Seguros representa cerca de 0,4% do total do fundo.

A Companhia não utiliza ativos do fundo de pensões. O fundo não detém títulos emitidos pela Companhia.

13. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os Ganhos e perdas de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor são analisados como segue:

	2013			2012		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Por alienação dos ativos e passivos disponíveis para venda	136.287	(1.326)	134.961	213.040	(379.590)	(166.550)
Por valorização decorrente da amortização do ativo e passivos disponíveis para venda	55.216	(551.201)	(495.985)	33.181	(617.903)	(584.721)
	191.503	(552.527)	(361.024)	246.222	(997.493)	(751.271)

14. Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

Os outros rendimentos e gastos são analisados como segue:

	2013		2012	
	Técnica	Não Técnica	Técnica	Não Técnica
Outros juros	12.937	-	8.627	-
Outros rendimentos/(gastos)	9.185	(51.462)	(3.398)	41.527
	22.122	(51.462)	5.229	41.527

15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	2013	2012
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Caixa	342	1.616
Depósitos à ordem	6.641.753	7.821.913
	6.642.095	7.823.529

16. Ativos financeiros disponíveis para venda

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	Custo Amortizado ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	17.585.492	350.941	(286.133)	17.650.300	237.517	17.887.817
De outros emissores	59.971.213	1.805.123	(125.987)	61.650.349	1.125.918	62.776.267
Ações	1.336.827	123.066		1.459.893	-	1.459.893
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	78.893.532	2.279.130	(412.120)	80.760.542	1.363.435	82.123.977
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	9.994.092	36.815	-	10.030.907	159.567	10.190.474
De outros emissores	68.675.582	1.600.581	(250.063)	70.026.100	1.062.448	71.088.548
Ações	1.795.106	414.375	(111.409)	2.098.072	-	2.098.072
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	80.464.780	2.051.771	(361.472)	82.155.079	1.222.015	83.377.094

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável

17. Empréstimos e contas a receber

A rubrica de “Empréstimos e contas a receber” é analisada como segue:

	2013	2012
Depósitos a prazo - Capital	10.102.548	12.319.000
Depósitos a prazo - Juro decorrido	33.989	48.540
	10.136.537	12.367.540

18. Outros ativos fixos tangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	2013	2012
Equipamento		
Equipamento informático	1.281.632	1.258.699
Mobiliário e material	272.848	272.848
Instalações interiores	270.354	270.354
Máquinas e ferramentas	68.718	65.959
Outros	33.999	33.999
	1.927.551	1.901.859
Depreciação acumulada	(1.822.758)	(1.748.878)
	104.793	152.981

O modelo de valorização aplicado aos ativos tangíveis está especificado no ponto 2.8.

Durante o exercício de 2013 não foi registada qualquer perda por imparidade nos ativos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos tangíveis” é analisado como segue:

	Equipamento
Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2012	215.750
Adições	29.059
Amortizações do exercício	(91.828)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2012	152.981
Adições	25.692
Amortizações do exercício	(73.880)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2013	104.793

19. Ativos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	2013	2012
Software	10.704.077	10.346.366
Imobilizações em curso	525.365	33.600
Despesas em edifícios arrendados	650.596	650.596
Despesas de investigação e desenvolvimento	20.215	20.215
Patentes, Marcas e Alvarás	385	385
Amortizações acumuladas	(9.592.400)	(9.109.227)
	2.308.238	1.941.935

O modelo de valorização aplicado aos ativos intangíveis foi especificado no ponto 2.9.

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos intangíveis” foi o seguinte:

Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2012	1.853.598
Adições	603.146
Amortizações do exercício	(514.809)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2012	1.941.935
Adições	849.476
Amortizações do exercício	(483.173)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2013	2.308.238

20. Provisões técnicas e custos com sinistros

Provisões técnicas

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas como segue:

	2013			2012		
	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Directo e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	30.351.009	(11.852.401)	18.498.608	34.323.802	(15.397.207)	18.926.595
Custos de aquisição diferidos	(5.016.394)	6.727.342	1.710.948	(5.916.603)	8.733.014	2.816.411
Provisão para sinistros	34.238.300	(4.014.765)	30.223.535	37.246.826	(4.818.200)	32.428.626
Provisão para desvios de sinistralidade	1.655.385	-	1.655.385	1.445.872	-	1.445.872
Provisão para riscos em curso	2.079.990	-	2.079.990	3.375.645	-	3.375.645
Provisão para envelhecimento	5.250.000	-	5.250.000	4.500.000	-	4.500.000
	68.558.290	(9.139.824)	59.418.466	74.975.542	(11.482.393)	63.493.149

A provisão para sinistros inclui uma provisão de 12.937.292 euros (em 2012: 10.950.496 euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2013 e ainda não participados ou insuficientemente conhecidos. Adicionalmente, inclui uma estimativa de 2.283.467 euros (em 2012: 2.310.111 euros) de encargos futuros de gestão associados à regularização de sinistros pendentes e aos não declarados até 31 de Dezembro de 2013.

Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos

A evolução das provisões para sinistros é apresentada como segue:

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Estimativa inicial dos custos com sinistros	11.347.899	15.766.063	24.181.356	33.194.610	40.196.444	46.433.756	49.120.218	49.430.923	42.299.121	38.430.958	37.246.826	34.238.300
Pagamentos acumulados												
Um ano depois	6.898.864	6.617.500	7.762.985	9.661.720	10.287.553	10.086.379	9.558.170	12.258.391	12.259.189	11.625.454	13.741.017	
Dois anos depois	7.888.305	7.721.879	10.226.437	12.747.914	13.688.926	12.917.489	13.442.691	15.813.162	14.939.110	14.983.272		
Três anos depois	8.472.970	9.284.472	12.582.410	15.206.274	15.670.306	15.894.945	16.315.211	17.464.268	16.822.280			
Quatro anos depois	9.122.964	10.711.491	14.335.696	16.739.019	18.334.227	17.925.585	18.821.223					
Cinco anos depois	10.294.419	12.041.815	15.514.089	18.384.753	19.899.929	19.127.186						
Seis anos depois	11.228.226	12.938.487	16.726.369	19.785.202	20.657.195	20.027.921						
Sete anos depois	11.606.767	13.997.265	17.272.315	20.374.149	21.273.004							
Oito anos depois	12.525.548	14.256.887	17.801.384	20.671.184								
Nove anos depois	12.753.524	14.396.158	18.209.240									
Dez anos depois	12.880.799	14.400.887										
Onze anos depois	12.883.881											
Estimativa final dos custos com sinistros												
Um ano depois	11.976.213	17.068.201	25.570.426	32.818.587	40.356.541	45.126.156	44.864.762	39.647.050	33.825.684	30.972.822	30.672.882	
Dois anos depois	13.773.652	18.465.838	25.699.679	33.246.379	38.823.293	40.885.913	35.093.340	32.056.703	28.389.643	26.828.487		
Três anos depois	15.218.181	18.722.499	26.012.398	32.224.883	36.033.464	32.118.586	29.337.845	27.434.035	25.112.108			
Quatro anos depois	15.159.578	18.954.978	25.315.725	29.867.033	29.392.350	27.871.393	25.461.696	24.652.735				
Cinco anos depois	15.243.219	18.529.872	23.172.210	25.260.241	25.872.755	25.106.147	22.692.397					
Seis anos depois	14.902.538	17.265.396	20.761.235	23.332.925	24.448.448	23.354.226						
Sete anos depois	14.545.840	15.674.335	19.400.473	22.562.809	23.516.007							
Oito anos depois	13.684.613	15.124.461	19.169.916	22.272.060								
Nove anos depois	13.159.660	15.101.865	19.094.606									
Dez anos depois	13.106.098	15.108.691										
Onze anos depois	13.117.740											
Excedente/(défice) acumulado	(1.769.841)	657.372	5.086.750	10.922.550	16.680.437	23.079.530	26.427.821	24.778.188	17.187.013	11.602.471	6.573.944	34.238.300

O reajustamento no desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em anos anteriores relativo aos ramos Automóvel e Incêndio e outros danos é devido, em grande parte, ao encerramento de processos abertos com provisão elevada e posteriormente encerrados com custo inferior ao estimado anteriormente, alguns deles provenientes de sentenças judiciais favoráveis.

No ramo Doença, o reajustamento decorre principalmente de revisão do critério de avaliação das estimativas das responsabilidades com sinistros ocorridos e não participados.

21. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo de outros devedores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	2013	2012
Contas a receber por operações de seguro directo		
Tomadores de seguro	449.165	517.907
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	2.124.352	1.534.237
Contas a receber por outras operações		
Outros devedores	890.923	746.371
	3.464.440	2.798.515

22. Impostos

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2013 e 2012 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 25% mais derrama, que poderá ir de 1,5% a 6,5%, consoante o lucro tributável.

As declarações de autoliquidação da Seguradora, ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da BES Seguros que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Ativos e passivos por impostos correntes

Os ativos e passivos por impostos correntes, dizem respeito ao imposto (corrente) sobre o rendimento do exercício, deduzido do Pagamentos Por Conta e do Pagamento Adicional por Conta, e a outros impostos e taxas que incidem sobre a atividade de seguros não vida.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 2013 e 2012 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos	
	2013	2012	2013	2012
Impostos sobre rendimentos	-	-	495.768	584.180
Outros impostos e taxas	68.782	3.754	1.048.673	1.150.649
Total	68.782	3.754	1.544.441	1.734.829

Os movimentos da rubrica de “Impostos sobre rendimentos” são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de janeiro de 2012	(2.411.355)
Montantes registados nos resultados	(2.549.042)
Pagamentos efectuados	4.376.217
Saldo a 31 de dezembro 2012	(584.180)
Montantes registados nos resultados	(2.833.106)
Pagamentos efectuados	2.921.518
Saldo a 31 de dezembro 2013	(495.768)

Principais componentes do gasto (rendimento) de impostos

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2013 e 2012 explica-se como segue:

	2013	2012
Imposto corrente	(2.833.106)	(2.549.042)
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	141.772	(190.724)
	141.772	(190.724)
Total do imposto registado em resultados	(2.691.334)	(2.739.766)

O movimento do imposto diferido de balanço em 2013 e 2012 explica-se como segue:

	2013		2012	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Ativos financeiros	-	-	-	(2.272.216)
Provisões	141.772	51.246	(190.724)	-
	141.772	51.246	(190.724)	(2.272.216)

Imposto sobre o rendimento reportado em reservas

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2013 e 2012 explica-se como segue:

	2013	2012
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	51.246	(2.272.216)
Total do imposto registado em reservas	51.246	(2.272.216)

Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	2013		2012	
	%	Valor	%	Valor
Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários		9.684.527		9.570.858
Taxa de imposto estatutária	28,9%		28,9%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		(2.799.509)		(2.765.978)
Benefícios pós emprego		1.385		(10.757)
Benefícios fiscais		160.391		11.736
Outros		(53.600)		25.233
		(2.691.334)		(2.739.766)

23. Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica (Ativo) em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	2013	2012
Gastos diferidos	1.087.736	1.535.725

A rubrica de “Gastos diferidos” inclui em 2013 o montante de 1.042 milhares de euros (2012: 1.489 milhares de euros), respeitante a gastos com campanhas de dinamização comercial, referentes a exercícios seguintes.

24. Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo de outros credores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	2013	2012
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	7.557.902	2.398.153
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	261.874	623.542
Contas a pagar por outras operações		
Outros credores	2.372.836	2.413.386
	10.192.612	5.435.081

A rubrica “Contas a pagar por outras operações - Outros credores” inclui o montante de 1.083 milhares de euros relativos a valores a pagar a fornecedores e 955 milhares de euros relativos a sinistros a pagar.

25. Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica (Passivo) em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	2013	2012
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	862.070	670.344
Outros acréscimos de gastos	3.950.751	6.302.051
	4.812.821	6.972.395

A rubrica “Remunerações e Respetivos encargos a liquidar” inclui o montante de 342 milhares de euros (2012: 243 milhares de euros) relativos a férias e Respetivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte.

A rubrica “Outros acréscimos de gastos” inclui o montante de 1.473 milhares de euros (2012: 2.225 milhares de euros) relativos a comissões por intermediação de produtos de seguros e incentivos à produção.

26. Outras provisões

As outras provisões são analisadas como segue:

	Outras Provisões
Saldo a 1 de Janeiro de 2012	1.182.635
Dotações	300.000
Utilização	(1.080.000)
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	402.635
Dotações	250.000
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	652.635

A provisão constituída em 2012 respeita a custos partilhados com o BES relativos a cobrança de prémios contratualmente estabelecidos, embora estes custos tenham, até à data, sido inteiramente assumidos pelo Banco Espírito Santo. Deste modo, a Companhia decidiu anular o acréscimo (efetuado em 2006) e constituiu uma provisão, uma vez que, embora o BES tenha vindo a assumir a totalidade dos mesmo e não se preveja que venha a existir posterior cobrança dos mesmos, contratualmente, estes custos devam ser partilhados. A provisão constituída em 2013 respeita a incertezas futuras relativas a comissões processadas.

27. Capital

Estrutura Acionista

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital social autorizado da BES, Companhia de Seguros, S.A. encontrava-se representado por 3.000.000 milhões de ações, com um valor nominal de 5 euros cada, das quais encontravam-se subscritas e realizadas na totalidade pelos diferentes Acionistas.

Estrutura Acionista a 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	% Capital	
	2013	2012
Crédit Agricole Assurances, S.A.	50,00000%	50,00000%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	25,00000%	25,00000%
Banco Espírito Santo, S.A.	24,99333%	24,99333%
Banco Espírito Santo de Investimentos, S.A.	0,00333%	0,00333%
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.	0,00333%	0,00333%
	100,00000%	100,00000%

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de reavaliação

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Ao longo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a reserva de justo valor, outras reservas e resultados transitados, podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	(5.968.218)	1.730.783	3.580.648	1.936.439
Aplicação de resultados	-	-	462.111	4.158.998
Distribuição Dividendos	-	-	-	(3.480.000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	-	362.212	-
Alterações de justo valor	7.835.228	(2.272.216)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	1.867.010	(541.433)	4.404.971	2.615.437
Aplicação de resultados	-	-	683.109	6.147.983
Distribuição Dividendos	-	-	-	(6.831.000)
Alterações de justo valor	(176.711)	51.246	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	1.690.299	(490.187)	5.088.080	1.932.420

Dividendos

Distribuição de dividendos

A quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital, durante 2012 e 2011, é analisada da seguinte forma:

	2013	2012
Crédit Agricole Assurances, S.A.	3.415.500	1.740.000
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.	1.707.750	870.000
Banco Espírito Santo, S.A.	1.707.294	869.768
Banco Espírito Santo de Investimentos, S.A.	228	116
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.	228	116
	6.831.000	3.480.000

28. Gestão dos riscos de atividade

Em termos da gestão de riscos da atividade, é apresentada a seguinte informação da Companhia:

A estruturas orgânica da BES Seguros incorpora a Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance. O âmbito de atuação desta Direção integra as áreas de Gestão de Risco e Controlo, Compliance ainda a área de Planeamento e Controlo de Gestão.

No que respeita às áreas de *Compliance*, Controlo Interno e Gestão de Risco, mantêm-se as anteriores competências.

Compete à Direção no âmbito do *compliance*, garantir a prevenção e controlo de riscos de não conformidade com as leis, regulamentos, normas profissionais e deontológicas aplicáveis às atividade de seguros, realizando para tal um conjunto de tarefas:

- Estabelecimento de normas, políticas e procedimentos, de acordo com a legislação em vigor e com os requisitos internos definidos pela Comissão Executiva;
- Documentação das normas, políticas e procedimentos aprovados;
- Garantir a conformidade dos novos produtos com a legislação em vigor, bem como a transparência da divulgação dos documentos para o cliente, e dos materiais de comunicação (através do Comité Novos Produtos e Atividades);
- Pesquisa e controlo periódicos de legislação aplicável às atividades da Companhia no que se refere a *Compliance* e Controlo, nomeadamente legislação geral e legislação emanada pelos reguladores;
- Analisar os impactos decorrentes da legislação e propor as ações a desempenhar pelas Companhias, por forma a que os requisitos definidos sejam transpostos para a Organização;
- Gerir um código de conduta dos colaboradores da Companhia, documentar o mesmo;
- Assegurar ações de formação aos colaboradores respeitantes a normas profissionais e deontológicas, normas internas e informação imediata às áreas das Companhias, em caso de alteração das disposições legislativas e regulamentares ou normas internas aplicáveis ao seu domínio;
- Identificação e documentação dos riscos de não conformidade pelas regras estabelecidas; e
- Segurança Financeira: prevenção do branqueamento de capitais, luta contra o terrorismo financeiro e luta contra a fraude interna e externa.

Controlo Interno

Compete à Direção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance*, no âmbito do controlo interno, de forma resumida as seguintes tarefas:

- Identificação, com a Comissão Executiva, com as Direções/ Unidades de negócio dos processos relevantes, atividades, controlos e riscos inerentes associados;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;
- Documentar e gerir os manuais de controlo interno em vigor para as Companhias e acomodar as recomendações da Auditoria Interna e Gestão de Riscos na revisão do documento;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço de controlos existentes ou a implementação de novos controlos; e
- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, análise das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções.

Gestão de Risco

A gestão de risco apresenta-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao desenvolvimento sustentado das empresas do setor financeiro em Portugal, e em particular às seguradoras sobretudo com as novas regras no âmbito da implementação do Solvência II, que obrigarão a uma análise exaustiva e pormenorizada dos riscos a que as Companhias se encontram sujeitas com impactos diretos no montante de capital necessário para fazer face a esses mesmos riscos.

Durante o ano de 2013 destacaram-se os diversos desenvolvimentos no que respeita à implementação do novo regime de solvência (Solvência II). Internamente, este foi um ano relevante no processo de desenvolvimento e implementação de algumas decisões tomadas durante o ano de 2012, essencialmente no que respeita ao suporte tecnológico, transversal a todo o projeto.

Também o crescente enfoque atribuído à análise e monitorização dos diversos riscos, bem como ao processo de comunicação interno, tem contribuído para o papel que a gestão de risco tem vindo a desempenhar no apoio ativo à gestão.

Com a finalidade de efetuar uma preparação gradual para a aplicação do regime de Solvência II, em 2013 foram anunciadas e publicadas as orientações para a fase de preparação que decorrerá em 2014 e 2015. Esta fase contempla o pré-pedido de modelos internos, o sistema de governação, a autoavaliação prospetiva dos riscos (baseada nos princípios do ORSA) e a submissão de informação.

À Direção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance*, no que se refere à função de risco, é garantida a sua independência para o exercício das suas funções, reportando funcionalmente ao Presidente da Comissão Executiva, constituindo-se este como um dos elementos difusores e impulsionadores da cultura de gestão de risco na BES Seguros, bem como ao Grupo Credit Agricole em termos hierárquicos, baseando o seu trabalho na sua estrutura e processos em vigor.

O desenvolvimento e a implementação da função de gestão de riscos visa assegurar um equilíbrio entre risco e retorno, e desta forma transmitir às partes que se relacionam com a Companhia (Clientes, Canais de Distribuição, Accionistas, Reguladores e outros agentes) uma perspetiva de exigência e confiança.

Relativamente à estrutura, informa-se que para além da referida Direção que integra a gestão de risco, a Companhia dispõe de um conjunto de Comités, destacando-se o Comité de Controlo Interno e o Comité de Gestão de Risco, Controlo Interno, *Compliance* e Serviços Externos Essenciais. Estes Comités são compostos pela Comissão Executiva, por representantes do Crédit Agricole e pelos Diretores de topo da organização (consoante o tema em discussão). Encontram-se alocadas a estes comités as funções de promoção da política de risco, limites e orientações, definição de planos de melhoria contínua, avaliação e análise de riscos operacionais e de conformidade e análise das recomendações de

auditoria interna, culminando na contribuição para a edificação de uma cultura de risco forte, embebida em todos os processos da Companhia.

A política de riscos em vigor é transversal a toda a Companhia, e constam dela os princípios basilares, bem como as responsabilidades dos vários intervenientes no processo de gestão de risco da BES Seguros.

Constituem como principais objetivos da gestão de risco, os que se seguem:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;
- Gestão pró-ativa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco;
- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (incluindo indicadores de risco, bases de dados de perdas, *risk register* e testes de *stress* e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e avaliação de capital;
- Colaborar na definição das políticas de investimentos, subscrição, provisionamento e resseguro;
- Promover a gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco;
- Conformidade com a legislação em vigor para o setor, requisitos regulamentares, *standards* e código de conduta; e
- Reporte periódico, pelas diferentes Direções/ Unidades da estrutura organizativa, com o objetivo de garantir de que a Companhia efetua a gestão dos principais riscos que afetam o seu negócio.

A Companhia apresenta a descrição dos vários riscos a que se encontra exposta, de acordo com a estrutura da Circular nº7/2009, de 23 de Abril, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, referente ao desenvolvimento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno das Empresas de Seguros.

A. Risco Estratégico

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco.

Os fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver.

A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade.

Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Na gestão deste tipo de risco, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível dos seus Órgãos de Administração, existindo uma comunicação regular desses objetivos a todos os colaboradores da Companhia.

As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

B. Risco de Seguro

O risco específico de seguro pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos ou a assumir.

Os mecanismos de mitigação deste risco mantiveram na sua essência, os mesmos conceitos e práticas reportadas no relatório anterior:

1) Desenho e Tarificação

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos, que incluem sinistros a pagar, despesas e custo do capital.

Neste sentido:

- A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em tarifas construídas com base em princípios atuariais e sujeitas a revisão periódica;
- É efetuada uma análise por parte do Comité Técnico, o qual poderá emitir recomendações sobre as matérias analisadas;
- É efetuada uma análise prévia em sede de Comité de Produtos no qual se encontram representadas todas as Direções operacionais. Previamente ao lançamento dos produtos são analisados e discutidos vários aspetos referentes aos produtos e formuladas recomendações para o Presidente da Comissão Executiva para posterior aprovação, ou não, em sede de Comissão Executiva. Após aprovação do Comité de Produtos por parte da Comissão Executiva, o produto encontra-se aprovado para se iniciar a sua fase construção;
- Este processo é coadjuvado, posteriormente, pelo Comité NAP (Novos Produtos e Atividades), que pretende assegurar a total conformidade (ao nível de legislação, adequação aos segmentos, conflitos de interesses, conteúdo da formação, proteção de dados, etc.) dos novos produtos e atividades após todas as diligências efetuadas para o seu lançamento;
- A priori, a adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de cash-flows baseadas em princípios atuariais. Posteriormente, é feito um acompanhamento do produto, das vendas, características dos riscos subscritos, sinistralidade e margem técnica. Mensalmente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e sinistralidade referentes a todos os produtos;
- Periodicamente as tarifas são revistas e são elaborados estudos mais aprofundados dos produtos, efetuando-se perfis da carteira e analisando-se o movimento de apólices (novos, anulações), variações de prémios, frequências e taxas de sinistralidade.

2) Subscrição

A aceitação dos riscos é condicionada à Política de Subscrição (coberturas definidas e processos de aceitação condicionada) embebida no sistema e aprovada formalmente.

A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em padrões técnicos rigorosos, existindo alguns instrumentos auxiliares: tarifas, manuais de produto e subscrição, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos. Os produtos são criados de forma simples, padronizada e transparente. Quando existem riscos não enquadráveis nesta política a sua aceitação é condicionada, sendo necessária uma análise específica.

As regras definidas são parametrizadas no sistema informático de suporte e são definidos mecanismos de impedimento ou de alerta para quando alguma das regras não é cumprida.

De acordo com o risco de subscrição de cada situação em concreto, o processo de aceitação obedece a determinados perfis integrados no sistema que limitam a decisão sobre o processo de aceitação a algumas unidades operacionais ou colaboradores.

Em termos de definição e implementação de procedimentos de resolução de reclamações, a Companhia dispõe de um regulamento interno de gestão de reclamações, que define prazos internos para o processamento e resposta de reclamações e no momento de subscrição disponibiliza aos clientes informação sobre a gestão de reclamações, tal como previsto na Norma Regulamentar N°10/2009-R, de 25 de Junho, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal.

3) Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos atuarialmente reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objetivo principal da política

de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados por isso. Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos;

O valor das provisões a constituir é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros. São efetuadas análises regulares sobre a suficiência do provisionamento da Companhia através de métodos estatísticos, adequados à natureza dos riscos, para determinação da *Best Estimate* (ex.: *Chain ladder*, *bootstrap*). Anualmente o cálculo do provisionamento é revisto por uma entidade externa independente.

4) Gestão de Sinistros

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer uma variação das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Para mitigar este tipo de risco a Companhia implementou como medida que o sistema de suporte à atividade de gestão de sinistros incorpore regras específicas que permitem mitigar o risco de seguro.

Regularmente o Gabinete de Atuariado efetua um acompanhamento e monitorização dos sinistros geridos pela Companhia.

É efetuado um acompanhamento mensal da sinistralidade, que abrange as taxas de sinistralidade, a frequência e os custos, incluindo os custos médios por sinistros.

Este acompanhamento permite analisar a evolução destas rubricas, detetar tendências e equacionar estratégias futuras, quer seja ao nível da tarifação, do provisionamento ou do resseguro.

Esta análise é efetuada para cada um dos produtos em comercialização e é reportada mensalmente às várias Direções da Companhia e à Comissão Executiva.

O Gabinete de Atuariado, bem como a Direção de Sinistros, efetuam uma análise regular e detalhada dos sinistros que envolvem danos corporais e dos sinistros graves, permitindo um ajustamento adequado das provisões, bem como uma análise ao nível do impacto no resseguro.

5) Resseguro

A mitigação de risco é efetuada principalmente através de programas de resseguro específicos e adequados a cada tipo de risco, existindo uma elevada exigência face aos resseguradores contratados, tendo em consideração o seu *rating*, solvência financeira e capacidade de prestação de serviços. Os principais tratados existentes na Companhia são Não Proporcionais – *Excess of Loss* – para os produtos Automóvel e Multirriscos e Proporcionais – *Quota Share* – para os outros produtos. O risco catastrófico (fenómenos sísmicos e catástrofes naturais) está coberto por um tratado de excedente de perdas, sendo a sua retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia e o seu limite máximo analisado em função da frequência deste tipo de eventos e do seu impacto nos capitais da Companhia. O período de retorno considerado foi de 300 anos.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

	2013	2012
Aumento de 5% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	(2.344.604)	(2.181.338)
Aumento de 10% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	(4.689.207)	(4.362.676)
Aumento de 5% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	(512.109)	(513.913)
Aumento de 10% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	(1.024.218)	(1.027.825)

Os valores apresentados representam apenas o efeito direto e linear no RAI

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

C. Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e volatilidade dos preços de mercado.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela emissão de recomendações sobre políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez. As recomendações emitidas são submetidas à apreciação da Comissão Executiva.

A política de investimentos da Companhia tem sido conservadora, mantendo uma prudente diversificação, não só como fator de mitigação do risco, mas também para cumprir as regras de diversificação necessárias para que os ativos possam representar as provisões técnicas. Regularmente é efetuada a monitorização dos ativos que representam as provisões técnicas.

1) Risco de variação de preços de mercado de capitais, cambial, de taxa de juro, imobiliário e de spread

- Risco de variação de preços no mercado de capitais: Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado, e está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro. A mitigação deste risco na Companhia realiza-se através da formalização na política financeira de um conjunto de limites de exposição máxima permitida por emitentes e por classe de ativos.
- Risco Cambial: Os ativos e passivos encontram-se denominados em determinada moeda, sendo este risco resultado das variações dessas denominações face a possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência. A gestão do risco cambial através do estabelecimento de limites para a sua exposição está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizadas regularmente ao nível do Comité Financeiro. No exercício de 2013, a companhia não se encontrou exposta a este risco, uma vez que não procedeu a transações em moeda estrangeira.
- Risco de Variação das taxas de juro: As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes. As atividades de gestão do risco (contratos de derivados, análises ALM,...) têm como objetivo a optimização da margem financeira, tendo em consideração os níveis das taxas de juro do mercado e a sua consistência com os objetivos estratégicos da Companhia. A gestão do risco da taxa de juro está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.
- Risco de Imobiliário: A Companhia não se encontra exposta a este risco, dado não proceder a investimentos no setor imobiliário.
- Risco de Spread: Parte do risco dos ativos que é explicada pela volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Este risco está definido na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Análise de sensibilidade

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade, e os respetivos impactos no capital próprio e resultado:

Valores em milhares de euros		
2013		
	Capital Próprio	Ganhos e Perdas
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	(2.556)	116
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	2. 629	(43)
Valorização de 10% no valor de mercado de acções	221	-
Desvalorização de 10% no valor de mercado de acções	(221)	-
2012		
	Capital Próprio	Ganhos e Perdas
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	(2.166)	158
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	2. 278	(45)
Valorização de 10% no valor de mercado de acções	146	-
Desvalorização de 10% no valor de mercado de acções	(146)	-

2) Risco de uso de produtos derivados e similares

A gestão do risco de produtos derivados está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Na Política Financeira encontram-se identificados os objetivos e estratégias inerentes ao uso de produtos derivados e similares, bem como a necessidade de a Comissão Executiva aprovar qualquer transação ou estratégia previamente à sua execução.

Contudo a Companhia durante o ano de 2013 não se encontrou exposta ao risco de produtos derivados e similares, dado que não utilizou instrumentos derivados.

3) Risco ALM

Não relevante para a atividade Não Vida.

Níveis hierárquicos

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros disponíveis para venda, podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – quando são valorizados de acordo com cotações disponíveis em mercados ativos;

Nível 2 – quando são valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – quando são valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas, um peso significativo na valorização obtida.

A Companhia classifica os seus ativos de acordo com as IFRS13 bem como de acordo com as políticas definidas pelos seus acionistas. Utilizando regras ou modelos com suporte em variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

No Nível 3 da rubrica “Ações e fundos de investimento” encontram-se registadas as participações no capital de Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A. e E.S.Contact Center – Gestão de Call Center, S.A. cuja valorização teve por base o método de equivalência patrimonial.

Os “Empréstimos e contas a receber” e a rubrica de “Outros devedores e credores” foram classificados no nível 2 e 3 respetivamente de acordo com as políticas definidas pelo grupo dado não terem cotações em mercados ativos.

O escalonamento dos ativos financeiros e não financeiros, por níveis hierárquicos, é analisado da seguinte forma:

2013				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.642.095	-	-	6.642.095
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicas	10.080.067	-	-	10.080.067
De outros emissores	71.088.547	-	-	71.088.547
Ações e Fundos de Investimento	2.161.314	-	47.166	2.208.480
Empréstimos e contas a receber	-	10.136.537	-	10.136.537
Outros devedores por operações de seguro e outras operações				
Contas a receber por operações de seguros direto	-	-	449.165	449.165
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	2.124.352	2.124.352
Contas a receber por outras operações	-	-	890.923	890.923
Passivo				
Outros credores por operações de seguros e outras operações				
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	(7.557.902)	(7.557.902)
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	(261.874)	(261.874)
Contas a pagar por outras operações	-	-	(2.372.836)	(2.372.836)

2012				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.823.529	-	-	7.823.529
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicas	17.887.817	-	-	17.887.817
De outros emissores	62.776.267	-	-	62.776.267
Ações e Fundos de Investimento	1.419.749	-	40.144	1.459.893
Empréstimos e contas a receber	-	12.367.540	-	12.367.540
Outros devedores por operações de seguro e outras operações				
Contas a receber por operações de seguros direto	-	-	517.907	517.907
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	1.534.237	1.534.237
Contas a receber por outras operações	-	-	746.369	746.369
Passivo				
Outros credores por operações de seguros e outras operações				
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	(2.398.153)	(2.398.153)
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	(623.542)	(623.542)
Contas a pagar por outras operações	-	-	(2.413.386)	(2.413.386)

Em 2013 e 2012 não existiram transferências de ativos entre Níveis.

Justo valor de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor

	2013		2012	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.642.095	6.642.095	7.823.529	7.823.529
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	10.136.537	10.136.537	12.367.540	12.367.540
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	3.464.440	3.464.440	2.798.513	2.798.513
Ativos financeiros não mensurados ao justo valor	20.243.072	20.243.072	22.989.582	22.989.582
Outros credores por operações de seguro e outras operações	10.192.612	10.192.612	5.435.081	5.450.249
Passivos financeiros não mensurados ao justo valor	10.192.612	10.192.612	5.435.081	5.450.249

A Companhia entende que para estes ativos e passivos financeiros o seu justo valor aproxima-se do seu valor de balanço essencialmente devido à sua curta maturidade.

D. Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais, ou seja, traduz-se na maior ou menor capacidade dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta, não conseguirem efetuar o cumprimento das suas obrigações, devido a alterações da sua situação creditícia.

Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, clientes e resseguro (risco de contraparte). A gestão do risco de crédito está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A Companhia continua a praticar as medidas de mitigação de risco mencionadas em anos anteriores, nomeadamente:

- Clientes: Devido à configuração específica da atividade, bancassurances, a Companhia utiliza como regra de cobrança de prémios o débito em conta, o que reduz substancialmente o risco de crédito.
- Resseguro: Ao nível do resseguro o risco de crédito é mitigado pelo estabelecimento de contratos nesta matéria, essencialmente com os líderes mundiais, existindo uma seleção de Resseguradores de acordo com níveis mínimos de rating, efetuando a Companhia um acompanhamento regular da sua evolução.
- Investimentos: As regras definidas na política financeira da Companhia procuram mitigar este risco considerando as regras de diversificação, limites setoriais e o rating das entidades envolvidas (em vigor neste momento: o pior rating entre as três mais conhecidas empresas de notações).

Relativamente ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é analisado como segue:

	2013					
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	6.641.753	342
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	8.311.217	15.360.933	23.937.771	13.287.680	6.882.500	15.596.993
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	-	10.136.537	-
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	599.112	280.449	163.998	-	2.420.881
Total	8.311.217	15.960.045	24.218.220	13.451.678	23.660.790	18.018.216

	2012					
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	7.822.529	1.000
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	8.377.978	13.464.048	29.363.449	10.728.729	14.559.554	5.630.219
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	-	-	-	-	12.367.540	-
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	70.578	-	-	-	2.727.935
Total	8.377.978	13.534.626	29.363.449	10.728.729	34.749.623	8.359.154

Durante o ano de 2013, manteve-se a preocupação com as dívidas soberanas na Zona Euro. Neste sentido a Companhia deu continuidade ao acompanhamento desta situação, quer ao nível da gestão, quer ao nível do Comité Financeiro, de forma a identificar e avaliar o impacto desta crise na carteira de investimentos.

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

2013			2012		
País emissor	Valor de Balanço	Porcentagem	País emissor	Valor de Balanço	Porcentagem
França	1.031.475	10,23%	França	2.134.597	11,93%
Itália	2.072.709	20,56%	Itália	2.105.964	11,77%
Luxemburgo	-	0,00%	Luxemburgo	6.291.768	35,17%
Portugal	6.975.883	69,20%	Portugal	7.355.488	41,12%
Total	10.080.067	100,00%	Total	17.887.817	100,00%

E. Risco de Concentração

O risco de concentração é o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou solvência da Companhia.

A gestão deste risco relativamente aos ativos está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A sua mitigação, para a Companhia, consubstancia-se na referida Política, através da definição de limites de exposição por emitentes, por rating, por classe de ativos (*asset allocation*) e por setor.

A diversificação dos ativos financeiros por setores de atividade, como forma de mitigar a concentração do risco de crédito, pode ser analisada para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, conforme se segue:

	2013	2012
Supranacional	3.028.822	3.030.513
Dívida Pública	13.256.495	14.857.303
Financeiro	33.219.144	34.094.058
Indústria	3.806.876	3.702.921
Comércio	4.464.583	4.633.198
Matérias-Primas	3.607.976	2.664.430
Outros Serviços	6.037.848	4.919.789
Telecomunicações	3.131.860	3.179.288
Consumíveis domésticos	-	-
Energia	7.330.617	9.040.274
Cuidados de Saúde	2.647.205	87.613
Fundos de Investimento	2.161.314	1.419.749
Tecnologia de Informação	684.354	494.840
	83.377.094	82.123.977

Considerando que os produtos que a BES Seguros comercializa se dirigirem, de uma forma geral, a todos os clientes da rede de distribuição da Companhia (Bancos do Grupo BES) e atendendo ao modo como esta se encontra distribuída pelo País, entende-se que ao nível dos passivos se verifica uma distribuição que evita a concentração numa única fonte de risco (clientes ou regiões).

F. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas à medida que estas se vençam e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas e inaceitáveis ao alienar investimentos ou outros ativos de forma não programada.

A gestão do risco de liquidez está definida na Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A maturidade dos ativos é como segue:

	2013	2012
Até um ano	15.448.906	17.776.051
de um a três anos	16.874.125	23.574.416
de três a cinco anos	20.219.580	20.923.992
de cinco a quinze anos	28.626.003	18.389.625
Sem maturidade	2.208.480	1.459.893
	83.377.094	82.123.977

A gestão da liquidez na Companhia tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. A liquidez também é gerida numa ótica que permita responder de uma forma satisfatória a situações de stresse de liquidez.

Assim a Companhia tem em vigor um conjunto de limites que considera importantes que sejam mantidos de forma a garantir os seus objetivos.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *gap liquidity*, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

G. Risco de Operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar problemas reputacionais, legais, implicações com o regulador, e por vezes conduzir mesmo a perdas financeiras. A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas com base no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, com a solidificação do sistema de controlo interno que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco, pensa ser possível controlar e monitorizar estes riscos potenciais.

A primeira responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação dos controlos associados ao risco operacional está atribuída a cada responsável de Direção. Esta responsabilidade é apoiada pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, através do desenvolvimento de controlos e orientações por meio de normativos, procedimentos, regras no sistema informático e reportes com o objetivo de abarcar as seguintes áreas:

- Segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transações e pagamentos;
- Reconciliação e monitorização de transações;
- *Compliance* com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;
- Documentação dos controlos e procedimentos;
- Reporte de perdas operacionais e proposta de planos de ação para mitigar perdas registadas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- Formação de colaboradores;
- Implementação do código de conduta; e
- Processos de “assessment”.

Este processo é acompanhado por missões periódicas levadas a cabo pela Direção de Auditoria Interna. Os resultados do seu trabalho são discutidos com os responsáveis de cada Direção e submetidos ao Comité de Controlo Interno, onde estão presentes a Comissão Executiva, e os responsáveis pela Direção de Auditoria Interna, e da Direção de Controlo de Gestão, Risco e *Compliance* e representantes do Grupo de cada uma destas áreas.

Os Comités existentes e diretamente relacionados com gestão de risco, controlo e *compliance*, contribuem para a mitigação deste risco funcionando como facilitadores no processo de identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Informa-se que existe também na Companhia um Comité de Segurança cuja organização é da responsabilidade da Direção de Gestão de Risco. O objetivo definido para este Comité é o de assegurar que a segurança informática, de pessoas e bens e a continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas.

Com o objetivo de mitigar o risco de *outsourcing*, a Companhia dispõe de um Comité de Prestação de Serviços Externos Essenciais que tem por objetivo assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades consideradas essenciais ao desenvolvimento e sucesso do seu negócio.

H. Risco Reputacional

O risco reputacional pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como do nome que lhe está associado, sendo a gestão deste risco efetuada de uma forma regular, que pode ser exemplificada com as medidas implementadas nos últimos anos, tais como:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social, utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor de clientes;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Avaliação regular do risco de reputação através dos processos de “assessment” (matrizes de gestão de risco);
- Desenvolvimento dos Planos de Continuidade de Negócio, em que a perda de reputação é um dos cenários de emergência previstos.

29. Margem de solvência

A Companhia está sujeita aos requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar nº6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar nº12/2008-R, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Os requisitos de solvência são determinados de acordo com as demonstrações financeiras estatutárias da Companhia, as quais são preparadas de acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, em que estabeleceu a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, encontrando-se atento às alterações das condicionantes económicas, bem como às características de risco da Companhia. Os requisitos de Capital da Companhia são acompanhados mensalmente e avaliados em função do capital previsto disponível. O processo é em última análise, sujeito à aprovação pela Comissão Executiva da Companhia.

A Companhia no exercício em análise apresentou uma margem de solvência em consonância com as regras estabelecidas, não tendo sido efetuada quaisquer alterações ao Capital Social, objetivos, políticas e procedimentos face ao ano anterior.

Apresenta-se um breve resumo da margem de solvência exigida:

	2013 (*)	2012
Capital social realizado	15.000.000	15.000.000
Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	1.690.299	1.867.010
Reserva por impostos diferidos	(490.187)	(541.433)
Outras Reservas	5.088.080	4.404.971
Resultados transitados	1.932.420	2.615.437
Resultado líquido do exercício	6.993.193	6.831.092
Distribuição de dividendos	(6.993.000)	(6.831.000)
Imobilizações incorpóreas líquidas	(2.308.238)	(1.941.936)
Elementos Constitutivos da Margem Solvência (1)	20.912.567	21.404.141
Pelo método dos prémios	12.593.450	12.822.016
Pelo método dos sinistros	11.601.126	11.540.752
Pelo resultado limite	11.950.141	11.966.256
Montante da margem de solvência a constituir (2)	12.593.450	12.822.016
Montante do fundo de garantia a constituir	4.197.817	4.274.005
Excesso / insuficiência margem solvência = (1) - (2)	8.319.117	8.582.125
Taxa cobertura margem solvência = (1) / (2)	166,1%	166,9%

(*) elementos previsionais, considerando a distribuição proposta pelo Conselho de Administração

30. Transações entre partes relacionadas

Operações Intra-Grupo

Os saldos apresentados resultam das operações realizadas com entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas. Estas operações inserem-se no normal desenvolvimento da atividade da Companhia.

		2013				2012			
		ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
Banco Espírito Santo, S.A.	1-2	16.911.552	511.478	7.539.716	280.799	17.883.369	2.021.192	6.494.925	430.022
Ativos financeiros		16.911.552	-	-	-	17.883.369	-	-	-
Prestação de serviços		-	511.478	7.539.716	280.799	-	2.021.192	6.494.925	430.022
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.		-	31.037	83.747	-	-	13.799	80.396	-
Prestação de serviços		-	31.037	83.747	-	-	13.799	80.396	-
ESAF - Fundo de Pensões, S.G.F.P., S.A.		-	425.428	22.863	-	-	-	-	-
Prestação de serviços		-	425.428	22.863	-	-	-	-	-
Fundo Pensões		-	405.993	43.029	-	-	405.993	43.029	-
Comparticipações fundo pensões		-	405.993	43.029	-	-	405.993	43.029	-
ESEGUR, S.A.		-	208	2.646	-	-	-	2.646	-
Prestação de serviços		-	208	2.646	-	-	-	2.646	-
ES Contact Center, S.A.		47.164	-	-	-	40.136	-	-	-
Prestação de serviços		47.164	-	-	-	40.136	-	-	-
SGL Multipessoal, S.A.		-	-	36.110	-	-	2.426	29.445	-
Prestação de serviços		-	-	36.110	-	-	2.426	29.445	-
Espírito Santo Financial Group	2	1.009.653	-	-	68.750	943.592	-	-	68.938
Ativos financeiros		1.009.653	-	-	68.750	943.592	-	-	68.938
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	1-2	148.683	258	6.252	-	106.552	1.532	4.684	-
Ativos financeiros		148.683	-	-	-	106.552	-	-	-
Prestação de serviços		-	258	6.252	-	-	1.532	4.684	-
Europ Assistance - Serviços Assistencia	5	-	2.993	100.674	-	-	18.000	37.188	-
Prestação de serviços		-	2.993	100.674	-	-	18.000	37.188	-
CREDIT AGRICOLE ASSURANCES, S.A.		-	5.138	20.025	-	-	-	28.561	-
Prestação de serviços		-	5.138	20.025	-	-	-	28.561	-
CREDIT AGRICOLE SA		7.455.994	-	-	393.099	10.108.699	-	-	497.610
Ativos financeiros		7.455.994	-	-	393.099	10.108.699	-	-	497.610
Europ Assistance	4	-	256.716	-	3.116.353	-	266.924	-	2.960.399
Prestação de serviços		-	-	-	-	-	266.924	-	2.960.399
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		-	256.716	-	3.116.353	-	-	-	-
BES-VIDA, Companhia de Seguros, S.A.	2-3	-	102.433	304.307	-	-	58.734	378.147	134.282
Prestação de serviços		-	102.433	304.307	-	-	58.734	378.147	134.282
BES Açores	1-2	3.556.192	7.411	127.765	71.726	3.885.605	35.677	108.102	107.507
Ativos financeiros		3.556.192	-	-	-	3.885.605	-	-	-
Prestação de serviços		-	7.411	127.765	71.726	-	35.677	108.102	107.507
AdvanceCare, S.A.	5	3	722.297	4.309.012	-	-	1.107.220	3.806.831	-
Prestação de serviços		3	722.297	4.309.012	-	-	1.107.220	3.806.831	-
Esumédica, S.A.		-	-	5.179	-	-	1.524	3.807	-
Prestação de serviços		-	-	5.179	-	-	1.524	3.807	-
		29.129.241	2.471.390	12.601.325	3.930.727	32.967.953	3.933.021	11.017.760	4.198.758

A natureza do relacionamento entre a BES Seguros e as entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de:

(1*) Comercialização de seguros;

(2*) Investimentos em títulos de dívida;

(3*) Empréstimos concedidos e arrendamento;

(4*) Resseguro;

(5*) Gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença.

Durante os exercícios de 31 de Dezembro de 2013 e 2012, não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus Acionistas.

31. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho de 2012.

Como resultado da IAS 19 (2011), a Companhia alterou a sua política contabilística no que diz respeito à base da determinação dos rendimentos e gastos relacionados com os planos de benefício definido. Ao abrigo da IAS 19 (2011), A Companhia determina o gasto (rendimento) do juro líquido do passivo (ativo) por benefício definido para o período, aplicando a mesma taxa de desconto para mensurar a obrigação de benefício definido no início do período anual, tomando em consideração alterações corridas ao passivo (ativo) em resultado das contribuições e benefícios pagos.

Consequentemente, o juro líquido do passivo (ativo) do plano de benefício definido compreende agora: (i) o custo do juro da obrigação de benefício definido; (ii) os rendimentos dos ativos do plano; e (iii) O juro do efeito do teto (ceiling) do ativo.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

Como resultado da alteração à IAS 1, a Companhia modificou a apresentação de itens de Outro Rendimento Integral (OCI) na demonstração de Rendimento Integral, de forma a apresentar separadamente os itens que serão reclassificados no futuro para resultados do período daqueles que não serão reclassificados. A informação comparativa foi reapresentada na mesma base.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

A Companhia não teve impacto na adoção destas alterações.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012, e adoptados pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 301/2013, de 27 de Março, introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IAS 34 e IFRIC 2.

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

IAS 32 – Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 – Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção desta alteração.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, a Companhia adotou a nova definição de justo valor, tal como consta na nota xx, prospetivamente. As alterações não tiveram um impacto significativo na mensuração dos ativos e passivos da Companhia, mas foram incluídas novas divulgações nas demonstrações financeiras conforme exigido pela IFRS 13. Para estas novas divulgações não foram incluídas comparações de acordo com o previsto na norma para o primeiro ano de aplicação. No entanto, na exata medida que essas divulgações já fossem exigidas por outras normas em vigor antes da IFRS 13, a Companhia proporcionou informação comparativa relevante já divulgada ao abrigo dessas normas.

IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em 19 de Outubro de 2011, a “IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta Interpretação foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Dada a natureza das operações da Companhia, esta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adoptadas pela União Europeia:

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à

variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia está a avaliar o impacto da introdução desta alteração no entanto não antecipa que o mesmo seja significativo.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia está a avaliar o impacto da introdução desta alteração no entanto não antecipa que o mesmo seja significativo.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11.

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de private equity, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 20 de Novembro.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação desta alteração.

IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Ativos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros

O IASB, emitiu em 29 de Maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura

O IASB, emitiu em 27 de Junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de Dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (*clearing counterparty*) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo um forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre. Não é exetável que a IFRIC 21 venha a ter impactos nas demonstrações financeiras da Companhia

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

IFRS 2 – definição de condição de aquisição (*vesting*)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para *joint ventures*

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portfólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portfólios aplicam-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010 e 2013)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivativos embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de

princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A data em que a IFRS 9 se torna efetiva não se encontra ainda estabelecida mas será determinada quando as fases em curso ficarem finalizadas.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expetável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

35. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Lisboa, 17 de Março de 2014

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Anexo 1

Identificação dos Títulos	Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço Unitário	Total
2 Outros								
2.1 Títulos Nacionais								
2.1.1 Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1 Ações								
	AdvanceCare, S.A.		1		5,00	5	2,88	3
	ES Contact Center, S.A.	43.750			1,00	43.750	1,08	47.164
		43.751				43.755		47.166
	Sub-total	43.751				43.755		47.166
	Total							47.166
2.1.2 Títulos de dívida								
2.1.2.1 De dívida pública								
	PGB 4.75% / 2009 - 14/06/2019		3.000.000	0,99		2.998.980	0,99	2.958.494
	PGB 3.6% / 2009 - 15/10/2014		2.000.000	1,02		2.002.176	1,02	2.032.189
	BT ctz - 2013 / 18-07-2014		2.000.000	0,99		1.973.747	0,99	1.985.200
	Sub-total		7.000.000			6.974.903		6.975.883
2.1.2.3 De outros emissores								
	BANCO ESPRITO SANTO 5.625% / 2009 - 05/06/2014		2.000.000	1,04		1.990.660	1,04	2.089.918
	BANCO ESPRITO SANTO 3.875% / 2010 - 21/01/2015		2.000.000	1,04		1.994.850	1,04	2.081.041
	Sub-total					3.985.510		4.170.959
	Total		7.000.000			10.960.413		11.146.842
2.2 Títulos Estrangeiros								
2.2.1 Instrumentos de Capital e unidades de participação								
2.2.1.1 Ações								
	LYXOR ETF MSCI EUROPE	12.260			88,85	1.089.356	111,73	1.369.810
	ISHARES EURO STOXX	25.385			25,90	657.583	31,18	791.504
	Sub-total	37.645				1.746.939		2.161.314
2.2.2 Títulos de dívida								
2.2.2.1 De dívida pública								
	BTPS 4.25% / 2004 - 01/08/2014		2.000.000	1,04		2.142.030	1,04	2.072.709
	SFEF 3.25% / 2009 - 16/01/2014		1.000.000	1,03		1.053.780	1,03	1.031.475
	Sub-total					3.195.810		3.104.184
2.2.2.3 De outros emissores								
	ANHEUSER-BUSCH INBEV NV 1.25% / 2012 - 24/03/2017		1.000.000	1,02		1.005.830	1,02	1.016.268
	DANIEL AG 2% / 2013 - 07/04/2020		300.000	1,00		297.666	1,00	299.288
	EFSS 2.75% / 2011 - 05/12/2016		2.000.000	1,06		1.997.230	1,06	2.127.718
	EFSS 1.625% / 2012 - 15/09/2017		1.000.000	1,03		1.024.730	1,03	1.030.514
	BNA PARIBAS HOME LOAN 4.125% / 2009 - 15/01/2014		1.000.000	1,04		1.040.980	1,04	1.040.055
	EDF 4.5% / 2009 - 17/07/2014		750.000	1,04		797.880	1,04	781.087
	BNP PARIBAS 3.625% / 2009 - 16/06/2014		500.000	1,03		515.880	1,03	516.882
	CREDIT AGRICOLE 3.5% / 2009 - 21/07/2014		1.500.000	1,03		1.498.200	1,03	1.548.120
	CADES 2.625% / 2009 - 15/01/2015		1.000.000	1,05		1.007.130	1,05	1.048.821
	GDF SUEZ 2.75% / 2010 - 18/10/2017		1.000.000	1,06		1.040.730	1,06	1.059.805
	GROUP ALCHIAN SA 3.625% / 2011 - 18/10/2018		1.000.000	1,10		1.084.530	1,10	1.098.080
	CREDIT MUTUEL - CIC HOME 3.375% / 2011 - 18/07/2016		1.000.000	1,08		1.001.130	1,08	1.084.440
	CIE FINANC FONCIER 2.25% / 2012 - 21/08/2015		1.000.000	1,04		1.014.530	1,04	1.036.627
	SANOFI 1% / 2012 - 14/11/2017		500.000	1,00		498.820	1,00	500.159
	DANONE 1.125% / 2012 - 27/11/2017		700.000	0,99		698.273	0,99	696.093
	DANONE 1.375% / 2013 - 16/06/2019		500.000	0,99		497.220	0,99	493.867
	VIVENDI SA 2.375% / 2013 - 21/01/2019		500.000	1,01		497.900	1,01	503.783
	SANOFI 1.875% / 2013 - 04/09/2020		700.000	0,99		694.409	0,99	695.717
	ENEL-SOCIETA PER AZIONI 4.75% / 2003 - 12/06/2018		500.000	1,12		530.655	1,12	561.934
	DEUTSCHE TELEKOM INT FIN 4% / 2005 - 19/01/2015		500.000	1,07		533.030	1,07	537.054
	TELIASONERA AB 4.125% / 2005 - 11/05/2015		500.000	1,07		539.530	1,07	536.693
	PROCTER & GAMBLE COFFEE 5.125% / 2007 - 24/10/2017		1.000.000	1,16		1.190.030	1,16	1.187.538
	ROCHE HLDGS INC 5.625% / 2009 - 04/03/2016		71.000	1,15		85.527	1,15	83.956
	DSM NV 5.75% / 2009 - 17/03/2014		750.000	1,06		818.280	1,06	791.638
	PHILIP MORRIS INTL INC 5.75% / 2009 - 24/03/2016		500.000	1,15		577.765	1,15	575.882
	ROYAL BK SCOT PLC 5.75% / 2009 - 21/05/2014		500.000	1,05		533.630	1,05	526.739
	CREDIT AGRICOLE 5.875% / 2009 - 11/06/2019		5.000.000	1,18		5.008.497	1,18	5.907.870
	GLAXOSMITHKLINE 3.875% / 2009 - 06/07/2015		800.000	1,07		860.630	1,07	853.758
	SANOFI-AVENTIS 3.125% / 2009 - 10/10/2014		500.000	1,03		499.415	1,03	513.615
	ESPRITO SANTO FIN GRP 6.875% / 2009 - 21/01/2019		1.000.000	1,01		997.910	1,01	1.009.653
	MORGAN STANLEY 4.5% / 2009 - 29/10/2014		500.000	1,04		508.480	1,04	519.279
	VOLKSWAGEN FIN 3.5% / 2009 - 02/02/2015		500.000	1,06		518.880	1,06	530.938
	EBR Finar 2010 - 15/01/2018		2.000.000	1,00		1.976.830	1,00	1.998.368
	EDP FINANCE 3.25% / 2010 - 15/03/2015		1.000.000	1,04		991.630	1,04	1.040.172
	BARCLAYS BK PLC 3.5% / 2010 - 18/03/2015		1.000.000	1,06		1.036.530	1,06	1.060.876
	VALE SA 4.375% / 2010 - 24/03/2018		500.000	1,12		553.155	1,12	559.646
	VOTORANTIM LTD 5.25% / 2010 - 28/04/2017		500.000	1,11		525.030	1,11	555.264
	LLYDYS TSB BANK PLC 3.75% / 2010 - 07/09/2015		1.000.000	1,06		1.071.030	1,06	1.059.495
	SOCIETE GENERALE 3.125% / 2010 - 21/09/2017		1.000.000	1,07		995.530	1,07	1.073.487
	BP CAPITAL MARKETS 3.83% / 2010 - 06/10/2017		800.000	1,10		854.750	1,10	879.139
	ENI SPA 3.5% / 2010 - 29/01/2018		600.000	1,11		643.890	1,11	663.450
	IPIC GMTN LTD 4.875% / 2011 - 14/05/2016		1.000.000	1,11		1.000.030	1,11	1.112.103
	SANTANDER INTL DEBT SA 4.5% / 2011 - 18/05/2015		500.000	1,07		514.780	1,07	536.163
	DEUTSCHE BANK FIN BV 4.25% / 2011 - 20/06/2016		500.000	1,07		507.490	1,07	1.065.373
	HSBC BANK PLC 3.875% / 2011 - 24/10/2018		1.000.000	1,11		1.133.330	1,11	1.112.059
	GAZPROM 3.75% / 2012 - 15/03/2017		500.000	1,07		505.445	1,07	535.959
	ATLANTIA SPA 4.375% / 2012 - 16/03/2020		500.000	1,13		521.180	1,13	565.360
	TELECOM ITALIA SPA 4.5% / 2012 - 20/09/2017		500.000	1,06		521.180	1,06	529.548
	PETROBRAS GB FIN 3.25% / 2012 - 01/04/2019		500.000	1,03		497.020	1,03	516.954
	NESTLE FINANCE INTL LTD 1.75% / 2012 - 17/10/2016		500.000	1,01		499.480	1,01	503.016
	STANDARD CHARTERED PLC 1.75% / 2012 - 26/10/2017		1.000.000	1,01		998.800	1,01	1.007.371
	ENXIS HOLDING NV 1.875% / 2012 - 13/11/2020		500.000	0,98		496.110	0,98	491.188
	SKANDINAVISKA ENSKILDA 1.875% / 2012 - 14/11/2019		1.000.000	0,99		993.230	0,99	993.794
	IBM CORP 1.375% / 2012 - 19/11/2019		500.000	0,97		497.945	0,97	486.141
	JPMORGAN CHASE & CO 1.875% / 2012 - 21/11/2019		1.000.000	0,99		992.910	0,99	988.545
	XYSTRATA FINANCE DUBAI LTD 2.375% / 2012 - 19/11/2018		500.000	1,01		498.070	1,01	505.770
	BMW FINANCE NV 1.5% / 2012 - 05/06/2018		750.000	1,01		748.718	1,01	760.124
	AT&T INC 1.875% / 2012 - 04/12/2020		750.000	0,97		743.273	0,97	728.600
	RIO TINTO FINANCE PLC 2% / 2012 - 5/11/2020		750.000	1,00		744.563	1,00	750.954
	BK NEDERLANDSE GEMEENTEN 1.5% / 2013 - 15/04/2020		1.000.000	1,00		994.820	1,00	996.665
	PHILIP MORRIS INTL INC 1.75% / 2013 - 18/03/2020		750.000	0,99		745.210	0,99	741.923
	VOLKSWAGEN INTL FIN NV 2% / 2013 - 26/03/2021		500.000	1,00		497.145	1,00	499.121
	ORANGE SA 1.875% / 2013 - 02/10/2019		300.000	0,99		298.446	0,99	296.182
	HEINEKEN NV 2% / 2013 - 06/04/2021		500.000	0,98		497.875	0,98	490.595
	NORDEA BANK AB 1.375% / 2013 - 12/04/2018		700.000	1,01		699.596	1,01	704.331
	WESTPAC BANKING CORP 1% / 2013 - 17/04/2020		1.500.000	0,99		1.497.750	0,99	1.479.524
	CARRIFOUR SA 1.75% / 2013 - 23/06/2019		500.000	0,99		499.125	0,99	493.871
	ROLLS-ROYCE PLC 2.125% / 2013 - 18/06/2021		500.000	1,00		495.994	1,00	497.695
	MORRISON (WM) SUPERMARKETS 2.25% / 2013 - 19/06/2020		500.000	0,99		496.900	0,99	496.120
	TOTAL CAPITAL CANADA LTD 1.875% / 2013 - 09/07/2020		200.000	0,99		198.360	0,99	198.892
	JOHN DEERE BANK SA 1.5% / 2013 - 16/07/2018		200.000	1,01		199.972	1,01	201.049
	TOYOTA MOTOR CREDIT CORP 1.8% / 2013 - 23/07/2020		1.000.000	0,99		996.040	0,99	990.270
	POHJOLA BANK PLC 1.75% / 2013 - 29/08/2018		500.000	1,01		499.200	1,01	503.443
	AMERICAN HONDA FINANCE 1.875% / 2013 - 04/09/2019		500.000	1,00		499.385	1,00	501.191
	STATOIL ASA 2% - 2013 / 10-09-2020		600.000	1,00		595.812	1,00	602.038
	MACQUARIE BANK LTD 2.5% 2013-18/09/2018		500.000	1,03		498.220	1,03	515.252
	3M COMPANY 1.875% 15/11/2021		700.000	0,98		695.396	0,98	685.274
	COCA-COLA 2.625% - 2013/06-11/2013		600.000	0,97		597.645	0,97	593.023
	BSH BOSCH UND SIEMENS HA 1.875% 1		500.000	0,98		497.145	0,98	491.533
	TESCO CORP TREASURY SERV 1.25% 13		500.000	1,00		498.055	1,00	497.684
	NATIONAL AUSTRALIA BANK 2% 12/11/		500.000	0,98		496.100	0,98	491.952
	ANGLO AMERICAN CAPITAL 1.75% 20/1		500.000	0,99		498.405	0,99	496.298
	SABIC CAPITAL 1 BV 2.75% 20/01/20		500.000	1,01		495.430	1,01	502.670
	MICROSOFT CORP 2.125% 06/12/2021		200.000	0,99		199.288	0,99	198.213
	Sub-total					65.265.620		66.917.588
	Total	37.645				70.208.369		72.183.086
3 - TOTAL GLOBAL								
			81.396			81.212.537		83.377.894

Anexo 2:

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS		Provisão para sinistros em 31/12/2012 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2013 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
NÃO VIDA					
Acidentes e Doença	Acidentes Pessoais	1.646.249	1.227.979	495.077	76.807
	Doença	7.028.816	8.464.054	989.682	2.424.920
Incêndio e outros danos		3.922.140	2.645.290	542.314	(734.536)
Automóvel					
- Responsabilidade Civil		23.936.102	4.556.582	14.607.108	(4.772.412)
- Outras Coberturas		713.519	711.979	241.374	239.834
TOTAL GERAL		37.246.826	17.605.884	16.875.555	(2.765.387)

* Sinistros ocorridos no ano 2012 e anteriores

3.Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de BES, Companhia de Seguros, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de activo de 116.467.696 Euros e um total de capital próprio de 30.213.805 Euros, incluindo um resultado líquido de 6.993.193 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de BES, Companhia de Seguros, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 20 de Março de 2014

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

RELATORIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL DA
BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Exercício de 2013

Exmos. Senhores Accionistas da
BES, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

1. Nos termos da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da BES, Companhia de Seguros, S.A. (BES Seguros) apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respectiva certificação legal de contas emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas da BES Seguros.
2. No âmbito das nossas atribuições acompanhámos com regularidade ao longo do exercício de 2013 a actividade da BES Seguros e a sua gestão, através da análise dos documentos contabilísticos que nos foram regularmente disponibilizados, bem como dos esclarecimentos complementares que solicitamos ao Conselho de Administração e aos Serviços, de quem obtivemos sempre toda a colaboração requerida.
Efectuámos, ainda, as acções de verificação e comprovação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações de fiscalização.
3. Durante o exercício de 2013 acompanhámos, também, com particular interesse e detalhe os desenvolvimentos dos procedimentos adoptados pela Companhia, nomeadamente, nas áreas da gestão do risco e do sistema de controlo interno, bem como da infra-estrutura informática para obtenção do crescente aproveitamento de sinergias.

4. Continuaram, também, a ser objecto da nossa melhor atenção os reflexos, ao nível da Companhia, da crise económica e financeira nacional e internacional que tem vindo a marcar de forma significativa todos os sectores de actividade e, nomeadamente, o sector segurador, tanto em Portugal como em praticamente todo o mundo.
5. Constatámos que a BES Seguros continua a adoptar uma política de utilização racional dos seus recursos, de rigoroso controlo de custos e de minimização dos riscos inerentes á sua actividade operacional e financeira.
Verificámos que tem progredido de forma regular no aperfeiçoamento dos seus sistemas de controlo interno, tendo em vista habilitar a BES Seguros a responder satisfatoriamente aos actuais desafios específicos do sector, em consonância com as melhores práticas internacionais e dando cumprimento aos requisitos regulamentares locais aplicáveis.
6. Após o final do exercício de 2013, procedemos à apreciação do relatório de gestão e das contas que nos foram apresentadas pelo Conselho de Administração, tendo constatado que o referido relatório obedece às disposições legais e estatutárias e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Companhia durante o exercício.
7. Conforme nos compete, acompanhamos também:
 - i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;
 - e
 - ii) a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados pela Companhia.O desempenho técnico destas funções é da responsabilidade da sociedade de revisores oficiais de contas da BES Seguros, com quem reunimos por duas vezes (semestral e anual).
8. O Conselho Fiscal apreciou, ainda, a certificação legal de contas emitida, sem reservas, sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2013 pela sociedade de revisores oficiais de contas e com a qual concordamos.

9. Como resultado das acções de fiscalização exercidas, somos de parecer que a Assembleia Geral da BES, Companhia de Seguros, S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Os termos da proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos do exercício.

Lisboa, 25 de Março de 2014

O CONSELHO FISCAL

.José Maria Ribeiro da Cunha — Presidente

Jacques dos Santos - Vogal

Olivier Sperat Czar - Vogal